

AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito dos Projetos (Per)cursos da graduação em História: entre a iniciação científica e a conclusão de curso, referente ao EDITAL Nº 002/2017 PROGRAD/DIREN/UFU e *Entre a iniciação científica e a conclusão de curso: a produção monográfica dos Cursos de Graduação em História da UFU*. (PIBIC EM CNPq/UFU 2017-2018). (<https://monografiashistoriaufu.wordpress.com>).

Ambos visam à digitalização, catalogação, disponibilização online e confecção de um catálogo temático das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia*. Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail recursoscontínuos@dirbi.ufu.br.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

INSTITUTO DE HISTÓRIA

**UMA ESCOLA, SEU ENTORNO E SUA COMUNIDADE:
O ESPAÇO, O AMBIENTE, OS SUJEITOS E A CONJUNTURA
NA FORMAÇÃO DA CRIANÇA.**

SEBASTIÃO DIVINO MENDES

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

SEBASTIÃO DIVINO MENDES

**UMA ESCOLA, SEU ENTORNO E SUA COMUNIDADE:
O ESPAÇO, O AMBIENTE, OS SUJEITOS E A CONJUNTURA
NA FORMAÇÃO DA CRIANÇA.**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em História, do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial para a obtenção do título de Bacharelado e Licenciatura em História, sob a orientação da Prof^a. Dra. Marta Emísia Jacinto Barbosa.

UBERLÂNDIA

2017

Sebastião Divino Mendes (1957)

Uma escola, seu entorno e sua comunidade: o espaço, o ambiente, os sujeitos e a conjuntura na formação da criança.

61 Fls.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Marta Emísia Jacinto Barbosa

Monografia (Bacharelado e Licenciatura) – Universidade Federal de Uberlândia, Curso de Graduação em História.

Inclui Bibliografia. Palavras – Chave: História e Escola – Espaço e Cidade – Formação da Criança – Comunidade.

SEBASTIÃO DIVINO MENDES

**UMA ESCOLA, SEU ENTORNO E SUA COMUNIDADE:
O ESPAÇO, O AMBIENTE, OS SUJEITOS E A CONJUNTURA
NA FORMAÇÃO DA CRIANÇA.**

Banca Examinadora

Prof^ª. Dr^ª. Marta Emísia Jacinto Barbosa

Prof^ª. Dr^ª. Regina Ilka Vieira Vasconcelos

Prof. Ms. Diego Marcos Silva Leão

Agradecimentos

Em primeiro lugar agradeço a Prof.^a Dr.^a Marta Emísia Jacinto Barbosa, minha orientadora, incansável, austera, afetuosa, persistente, sempre profissional e acima de tudo, compreensiva e respeitadora das diversidades humanas.

Agradeço a Fatinha, esposa, sempre amiga e companheira, quem me apoiou desde o início da minha empreitada com muito amor, carinho, paciência e compreensão, sem ela seria impossível a conclusão deste curso. Meu filho e amigo, Danilo, minha Filha e amiga Débora, e a nossa Florzinha, mais que uma neta, um estímulo para acreditar que a vida se renova.

Também agradeço a professora Letícia Siabra, por me impor desafios, por compartilhar suas experiências, com desprendimento e presteza, desconstruindo minhas limitações.

Aos colegas e as colegas de turmas que convivi durante toda minha jornada, foram eles e elas que me estimularam e me abasteceram com as energias renovadas da juventude.

Ao corpo docente do Instituto de História, à coordenação, à direção, e em especial a Prof.^a Dr.^a Regina Ilka Vieira Vasconcelos e, ao Prof. Ms. Diego Marcos Silva Leão, por aceitarem o convite para participar desta banca.

Sumário

Considerações iniciais.....	p.08
Capítulo 1- A Escola Estadual Felisberto Alves Carrejo: seu entorno e sua comunidade.....	p.13
1.1- Uma Escola.....	p.13
1.2- Seu entorno e sua comunidade.....	p.24
Capítulo 2- O Espaço, o ambiente, os sujeitos e a conjuntura na formação da Criança.....	p.34
2.1- O espaço e o ambiente na formação da criança.....	p.34
2.2- Os sujeitos e a conjuntura na formação da criança.....	p.48
Considerações finais	p.56
Fontes.....	p.58
Referências Bibliográficas	p.60

Resumo

Este trabalho tem como objetivo trazer para um debate mais amplo e com capacidade de mudanças, a formação da criança, a partir do Ensino Fundamental com base nos Estágios Supervisionados realizados na Escola Estadual Felisberto Alves Carrejo localizada no bairro Lagoinha. Durante as observações e regências; percebemos o bairro estigmatizado pelo senso comum, como “bairro violento e reduto de leprosos.” Buscando sempre um embasamento em fontes, como o *Plano Político Pedagógico* e o *Histórico Escolar da Escola Estadual Felisberto Alves Carrejo*, interagindo sistematicamente com a comunidade escolar, seu entorno e sua comunidade local; assim como a análise de autores que ofereciam um norte teórico-metodológico, para a historicidade do cotidiano da criança, e a sua socialização política e consciência de pertencimento à comunidade enquanto sujeito histórico; a pesquisa enfatizou a importância do espaço, do ambiente e a atuação dos sujeitos envolvidos no processo de formação da criança. Foi possível desconstruir a visão dominante sobre a conjuntura elitizada que fragmenta a Educação no Brasil. A principal referência teórico-metodológica deste trabalho pauta nas reflexões do educador Paulo Freire; autor que a partir de suas pedagogias e vivências práticas, traz um manancial de referências, exaltando sempre a importância da afetividade e da austeridade na formação do cidadão caminhando em direção a uma consciência crítica para a construção do “Ser Mais”. Atentamos ainda, para a legislação vigente a partir da *Constituição Brasileira* e das *Leis de Diretrizes e Bases (LDB)*; que resguardam os direitos legais do cidadão, entre eles a educação gratuita e de qualidade, que fortalecerá o elo mais frágil desta “corrente para a libertação”: a criança.

Considerações iniciais

Quando cheguei à Universidade, trazia uma expectativa de grandes movimentos comunitários, graduandos comprometidos com a comunidade envolvidos com as instituições de ensino fundamental e médio; transpondo os muros da Academia e propagando um discurso de consciência política, criando trincheiras contra o famigerado mercado de trabalho, auxiliando pais e alunos a entender e mudar o mundo, (des) governado desde sempre pelos representantes de um capitalismo cada vez mais cruel e selvagem.

Diversos fatores me levaram a criar tais expectativas, meu ingresso tardio no ensino superior, minha formação escolar, ainda dividido em primário, ginásial e colegial, e com uma agravante, no período de ditadura militar¹. E por um desses acasos da vida, uma professora de educação artística, porque não havia História no currículo neste período, fechou a porta e nos “brindou” com um discurso de conscientização política e de entendimento do momento pelo qual o Brasil passava.

Aquelas palavras me tocaram, passei a buscar mais informação a respeito, e encontrei diversos movimentos de resistência, manifestações artísticas, como teatro, música, jornais clandestinos, quase sempre envolvendo historiadores, filósofos, escritores, intelectuais de modo geral.

Infelizmente, o sistema desvia nossos caminhos, é senhor da nossa conduta como todo “pacato cidadão”, consegui um emprego, e me dediquei a família, solteiro ainda, com estudos interrompidos por motivos de força maior. O sonho da casa própria, uma “condução”, um casamento, os filhos; o capitalismo me cooptou, não me lembrava da “mão de ferro” que conduzia o país, o “milagre brasileiro”, Brasil campeão. Era tudo perfeito, era tudo natural, a censura, a tortura, a volta à democracia, “lenta e gradual”.

Mas aquela “chama da resistência”, acendida por “aquela subversiva”, nunca se apagou, tanto que ela- a chama me incomodava, ardia no peito, mas as circunstâncias não permitiam manifestar, estava tudo muito “naturalizado”. Mas o acaso, e só ele mesmo, nos

¹ Nascido em 1957, sempre estudando em Escola Pública, mas conclui o segundo grau numa escola técnica privada (Colégio Inconfidência), formação em Contabilidade, nível técnico. Interrompi os estudos em 1980, por força da incapacidade de conciliar trabalho e escola. Voltei a estudar via cursinhos alternativos gratuitos, ingressei na Universidade Federal de Uberlândia, no primeiro semestre de 2011.

coloca diante de pessoas com fôlego, que reacendem nossa chama, quase cinza, e resgata pelo menos em parte seu poder de indignação. Mais uma vez, os historiadores, sempre atuantes na resistência, estimulando novas formas de “mudar o mundo” pelo conhecimento, pela busca de uma justiça social, formação de consciência, “trabalhos de formiguinhas”, incessante. Mas ainda muito “lento e gradual”.

Foi com esta bagagem que cheguei à Universidade: ali era o “meu lugar”, era minha chance, a partir deste conhecimento acadêmico, a oportunidade de provar minha teoria: A solução dos problemas do Brasil e do mundo está na educação, mais precisamente na sala de aula, professores, principalmente os de história, conscientizando futuros cidadãos, capazes de uma leitura de mundo mais crítica e transformadora.

Quanta inocência! Os netos da ditadura precisam muito mais do que míseros cinquenta minutos de aula de história, por dia. Mudança de plano, a forma de ensinar, política com consciência, passa pela criação de espaço e ambiente, no território do poder instituído, “eles” saíram do quartel.

Desde o primeiro semestre do curso, debatendo políticas de educação, psicologia da educação, didática, metodologia do ensino, estágios, PIBID (O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência), o discurso continua dentro dos muros da academia. Mas além de transformar o discurso em iniciativa é necessário um trabalho de conscientização coletiva que envolva os vários níveis da sociedade, o que parece uma possibilidade distante, pode estar ao nosso alcance, tudo é uma questão de comunicação, de interação.

Quando trazemos o tema “espaço e o ambiente na formação da criança”, à luz da legislação vigente, a partir da Constituição Federal de 1988, Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, não está claro esta preocupação com a criança e o adolescente. O ensino fundamental e médio, não tem o respaldo necessário para o desenvolvimento de um senso de liberdade, formando adultos criativos e politicamente conscientes.

O fato de me sentir praticamente abduzido por aquela “aula proibida” nos tempos do colegial, me fez acreditar: é possível dizer “coisas interessantes” e transgressoras em sala de aula, lógico que temos nossos limites, muito bem definidos, diga-se de passagem, nossa camisa de força, nossa mordaca, está nas entrelinhas do currículo proposto pelo poder instituído, pelo livro didático, meticulosamente escolhido, para manter um estado de coisas inalterado, um fluxo de acontecimentos detalhadamente “plantados” em lugares sociais, com

todo o cuidado para não alterar o curso dos interesses de uma classe, que jamais deixou de dominar e sempre governou.

Se a proposta é “criar uma junta”, com capacidade para desconstruir todos os conceitos “edificados”, o primeiro passo é o comprometimento de todos os envolvidos, detalhe importante se imaginarmos que os pilares de sustentação da nossa educação está na família, no Poder, e porque não dizer na Igreja, é uma tarefa hercúlea, a começar pelo professor, nunca é demais ressaltar a luta deste profissional, necessário citar quão desamparado está o pessoal do contato direto com o aluno, e é ele que conhece o dia a dia do estudante, é neste convívio que se aprofunda no verdadeiro dilema, o desinteresse latente da maioria da “população escolar”.

Às vezes me pergunto que lugar social era aquele, quando foi despertado para uma consciência da real situação do país? Será que hoje falta profissionais com esta capacidade de situar o estudante no seu lugar social? Cada dia mais me parece que somos de um modo geral, “pessoas sem lugar”. A criança muito mais vulnerável será apenas um depósito de conteúdos tendenciosos e sua formação, enquanto cidadão já estará comprometida, uma comunidade desgarrada de sua origem, sem sujeitos históricos, sem ancestralidade, desvalorizando seu tempo e seu lugar.

A questão do lugar e do espaço na formação do sujeito histórico, foi assunto na Grécia Antiga, na sua experiência democrática, a educação dos homens ancorava-se em princípios de justiça, o artigo de Flávia Maria Schlee Eyler, (RHBN)² trás interessantes questionamentos:

Seria possível retomar alguns caminhos gregos que nos trouxeram até aqui? A sala de aula pode ser sentida como uma comunidade política na qual todos os alunos são iguais. Será que para as aulas acontecerem é necessário um censo de comunidade?³

Ainda no artigo de Flávia Maria, nos chama atenção; a preocupação dos gregos com as constituições e leis,

...não bastavam leis justas e sua simples obediência. Era preciso a compreensão dessa necessidade para que a justiça e a lei não se desmoralizassem pela farsa das aparências. Ao unir educação e justiça, os gregos desenvolveram um senso de política que era o contrário da força. Se pudéssemos aplicar o modelo

² EYLER, Flávia Maria Schlee. “Sob uma justa medida”. In: **Revista de História da Biblioteca Nacional**. Ano 11, nº 125 de julho de 2016 - Rio de Janeiro - RJ, p. 58.

³ Ídem, p.60.

grego, o solo comum entre os estudantes e entre eles e os professores exigiria o reconhecimento do respeito como virtude política.⁴

A referência à Grécia Antiga, que deveria ser um passado remoto é uma prática vigente e naturalizada na atualidade. Paulo Freire fala da “capacidade de penumbrar, a realidade, de nos ‘miopizar’, de nos ensurdecer que tem a ideologia”⁵. Atualmente não faltam leis, mas nos falta compreensão e consciência da necessidade de prática da justiça, com certeza não existe melhor espaço para debate do que a escola, seu entorno e sua comunidade.

Para falar de educação, comunidade, escola, espaço, sujeito histórico, e tudo mais que se refere à interação, educador e educando, não há como não citar Paulo Freire. Tudo o que pensamos hoje e tentamos colocar em prática passa pelos ensinamentos deste Mestre da interpretação da ansiedade do cidadão excluído e carente de uma luz; que Freire sempre fez questão de carregar e fazer refletir no saber e na consciência do sujeito em busca de um sentido para a vida.

As pedagogias são caminhos de liberdade, são formas de mudança e transformação do mundo, é tudo que precisamos e que buscamos em nível de libertação das amarras do poder, das ditaduras, sejam elas civis, militares ou pelo determinismo religioso e familiar:

O trabalho de Paulo Freire é, fundamentalmente uma forma de cultura popular: *conscientiza e politiza. Não absorve o político no pedagógico, mas também não põe inimizade entre educação e política. E como o homem sempre se excede, o método também o acompanha. É ‘a Educação como prática da liberdade’.*⁶

Este trabalho tem como objetivo principal desconstruir as barreiras impostas pelo poder instituído, pelos modismos alienantes, pela mídia hipnotizante, responsável por um consumismo desenfreado, arquitetado por um capitalismo selvagem e irresponsável, levando cada dia mais pessoas à um completo estado de miséria. Esta mudança é possível e passa pela educação, pela escola e sua comunidade.

Minha visão de “espaço e ambiente” da escola, está muito focada no que vi durante os estágios, principalmente os Estágios I/II realizados na Escola Estadual Felisberto Alves Carrejo.

⁴ Idem, p.60.

⁵ FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro-RJ: Paz e Terra . 58 ed. 2014.

⁶ , Idem, p.39.

O trabalho está dividido em duas partes:

No capítulo 1- “A Escola Estadual Felisberto Alves Carrejo: seu entorno e sua comunidade” trabalhamos a escola, seu entorno e sua comunidade, focando sua localização enquanto uma escola de bairro; atentando para algumas peculiaridades, desde a sua origem, a sua fundação e suas mudanças; até se instalar no Bairro Lagoinha, com suas mazelas, paradigmas e estigmas; que faz deste trabalho uma “luta” incessante para a desconstrução de preconceito e desrespeito às diversidades humanas.

A pesquisa é a partir da convivência durante o Estágio Supervisionado, baseando em outros trabalhos já desenvolvidos a respeito da escola; artigos e textos acadêmicos, relacionando teoria e prática com uma sociedade segregadora. O capítulo trás ainda uma discussão sobre a realidade atual da “invasão imobiliária galopante” que assola o bairro Lagoinha e as expectativas na mudança da Escola Estadual Felisberto Alves Carrejo para o bairro Shopping Park.

No capítulo 2- “O Espaço, o ambiente, os sujeitos e a conjuntura na formação da Criança, ” discutimos o espaço físico e o ambiente encontrado no interior das instituições, baseado nas observações e regências durante o Estágio Supervisionado na Escola Estadual Felisberto Alves Carrejo. Traz reflexões de autores diversos sobre o tema passando pelo PPP (Projeto Político Pedagógico) e relacionamos com a execução da LDB (Leis de Diretrizes e Bases da Educação) e suas propostas para proporcionar uma melhor convivência; e o conhecimento da comunidade local, que faz parte do processo de mudança do espaço e do ambiente escolar, através de interações comunitárias; trabalhando com base nas concepções Freireanas de Educação Libertadora.

Identificamos os sujeitos, suas influências; diretas ou indiretas, direcionadas por normas e leis, inerentes às instituições públicas, instituições estas, “controladas” por uma estrutura maior, que diverge quase sempre, dos sublimes objetivos das comunidades escolar e local. Mas os agentes usam sua criatividade, “driblando” esta *conjuntura*, e na medida do possível proporcionam uma convivência capaz de formar um cidadão com possibilidades reais de “*ler e mudar o mundo*”.

Capítulo 1

A Escola Estadual Felisberto Alves Carrejo: seu entorno e sua comunidade

"Meu gosto de ler e de escrever se dirige a uma certa utopia, que envolve uma certa causa, um certo tipo de gente nossa. É um gosto que tem a ver com a criação de uma sociedade menos perversa, menos discriminatória, menos racista, menos machista que esta "⁷

1.1 Uma Escola:

A Escola Estadual Felisberto Alves Carrejo em 2014 estava localizada na cidade de Uberlândia, Minas Gerais, no bairro Lagoinha – em termos espaciais, no período analisado deparava-se na região próxima ao centro da cidade; instalada em um imóvel que se encontra em bom estado de conservação. Em relação ao transporte; é bem servida pela rede urbana de ônibus, salientando que a escola recebia alunos tanto do bairro Lagoinha, como do bairro Shopping Park (setor Sul), que são transportados por ônibus escolar “especial”.

A Escola Estadual Felisberto Alves Carrejo foi instalada em 1962, no prédio do Lar Espírita Alfredo Júlio⁸, na Avenida Paes Lemes número 485 no bairro Osvaldo Rezende. De acordo com o histórico escolar, a escola posteriormente se mudou para o a Rua Coronel Severiano, 351 no bairro Tabajara, até setembro do ano de 1963, quando então foi transferido para prédio próprio na Rua Felisberto Carrejo 1124- bairro Jardim Altamira - construído em terreno doado pelo senhor Nicomedes Alves dos Santos.⁹

Em 1985, a Escola Estadual Felisberto Alves Carrejo, tinha suas peculiaridades, já mudara de lugar duas vezes até chegar ao bairro Lagoinha (Mapa 01: A escola na cidade, p.12), no prédio cedido pela Prefeitura Municipal; veio buscando um lugar: o seu lugar, agora,

⁷FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 58ª Edição. Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro, 2014, p.144.

⁸ Instituição espírita, centro educacional e centro de formação que desenvolve seus trabalhos na cidade de Uberlândia desde a década de 1960. Fonte: LAR ESPÍRITA ALFREDO JÚLIO. Disponível em: <https://alfredojulio.wordpress.com/> Acesso em: out.2017.

⁹ HISTÓRICO ESCOLAR DA ESCOLA ESTADUAL FELISBERTO ALVES CARREJO. Uberlândia- MG. 28 de Agosto de 1964. (Manuscrito).

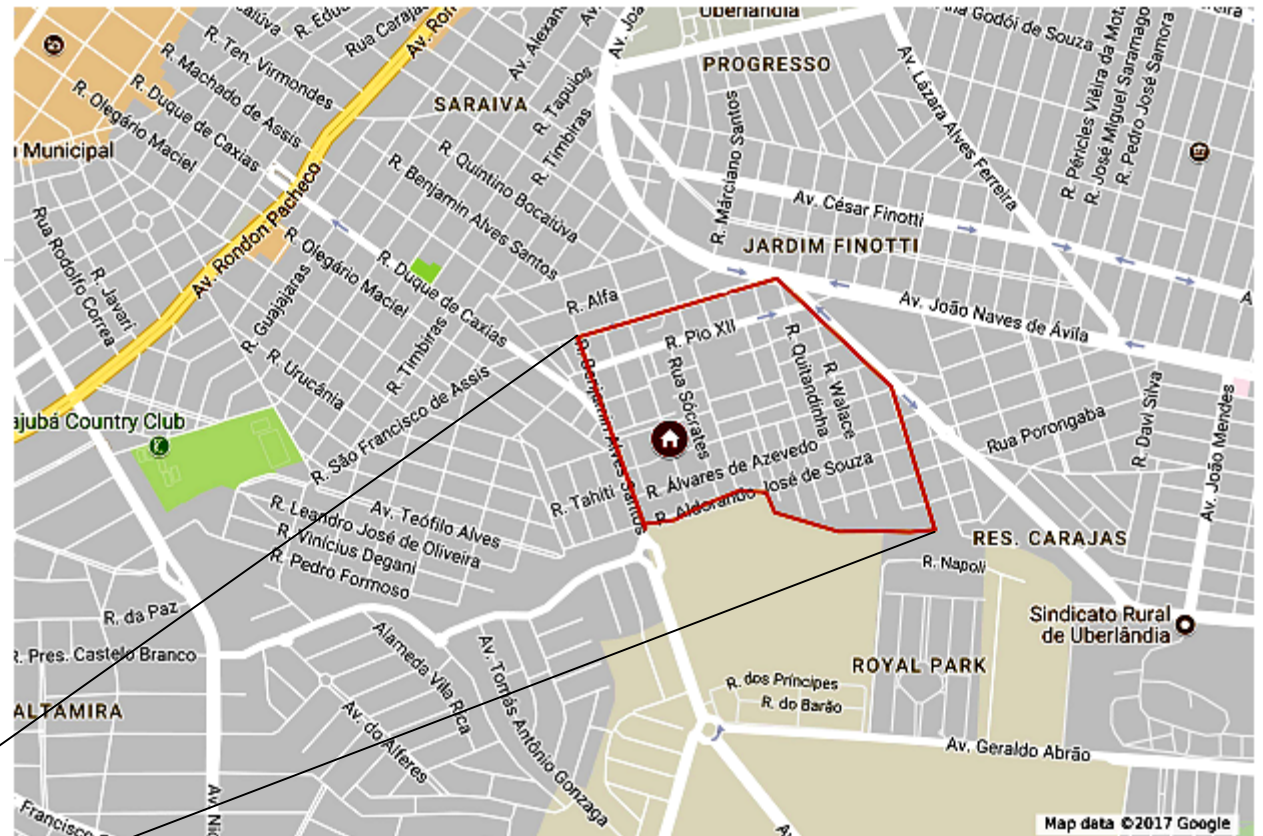
longe do centro da cidade¹⁰, uma identidade a ser forjada ali, numa comunidade com grande diversidade e contradições; outras crianças, novas histórias, pessoas povoando aquele espaço tão nobre que é, ou deveria ser, o ambiente escolar, mas ali ainda não era sua “morada” definitiva; a partir do ano de 2015 estaria de casa nova; embora a mudança estivesse prevista para março de 2014, o destino era o bairro Shopping Park, um novo prédio em fase final de construção.

¹⁰ Até a década de 1980, os limites territoriais da cidade ainda consideravam a região do bairro Lagoinha como periferia, no sentido de espaço territorial, uma vez que projetos habitacionais, de ampliação da cidade, estavam em planejamento.

Mapa 01: A escola na cidade

Localização da Escola Estadual Felisberto Alves Carrejo na cidade de Uberlândia (1985-2014) Rua Quintino Bocaiúva, 2801.

★ Bairro Shopping Park



Uberlândia (PMU)



A previsão não se realizou. E, realmente só se cumpriria a partir de janeiro do ano de 2015. Enquanto não acontecia a mudança, a Escola Estadual Felisberto Alves Carrejo continuou recebendo alunos do bairro Shopping Park; um processo contraditório, numa análise pouco aprofundada que nos sugere a indagação sobre o porquê não manter a Escola Felisberto Alves Carrejo e criar uma nova escola no Shopping Park? Um bairro de formação recente, mas já com um “histórico de violência ‘construído’”, deixando entender que a droga e a violência são subprodutos da miséria, mais uma construção do senso comum, paradigma do qual bairro Lagoinha é vítima há muito tempo.

Historicamente o entusiasmo pelo ensino, é visível através das iniciativas de suas fundadoras e seus fundadores¹¹. Nos idos de 1962, ano da instalação, a primeira diretora Maria Freitas Diniz, com o apoio de autoridades; tais como, o prefeito municipal Raul Pereira de Rezende, governador do estado José de Magalhães Pinto, secretário da educação José de Faria, além do senhor Nicomedes Alves dos Santos¹², doou um terreno para a futura ampliação da escola.

Notamos que se trata de pessoas com “boa vontade”; interessadas em promover a educação, não podemos avaliar ou emitir qualquer juízo sobre o tipo de retorno que cada um vislumbra; avaliando algumas trajetórias política atuais, seria “fácil” imaginarmos, mas se tratava de outros tempos, outros personagens. O fato é que uma escola foi criada, e podemos fazer dela uma trincheira de enfrentamento político e principalmente cultural.

O que nos conforta, é perceber quando lemos sobre as diretoras, professoras, suas colaboradoras e colaboradores, o foco é o ser humano, crianças bem alimentadas num espaço acolhedor, para que o aprendizado fluísse da melhor forma possível; isto está escrito em documento redigido manualmente, registrando a real percepção das envolvidas e envolvidos neste processo educativo, permitido pela conjuntura da época.

De acordo com o histórico escolar de 1964:

¹¹ Conforme indicado no documento da escola: HISTÓRICO ESCOLAR DA ESCOLA ESTADUAL FELISBERTO ALVES CARREJO. Uberlândia- MG. 28 de Agosto de 1964. (Manuscrito).

¹² “Nicomedes Alves dos Santos foi um empreendedor uberlandense que atuou em diferentes áreas (...) Apaixonado por cinema, foi dono de salas de exibição na cidade e região. Chegou a ter uma rede de cinemas espalhada pelo país. Foi também dono de uma charqueada (matadouro de animais), que chegou a ser uma das mais importantes da cidade. Outro de seus negócios foi a fundação de uma emissora de televisão, a TV Paranaíba, ao lado do também empresário Ary de Castro Santos.” MUSEU VIRTUAL- UBERLÂNDIA DE ONTEM E SEMPRE. Nicomedes Alves dos Santos: do cinema à televisão. Disponível em: <http://www.museuvirtualdeuberlandia.com.br/nicomedes-alves-dos-santos-do-cinema-a-televisao/> Acesso em: Set.2017.

A Diretora com todo o seu entusiasmo, dinamismo e capacidade de trabalho, enfrentou a situação, lançando mão de todas as atividades, que por certo viriam a concretizar seu ideal: uma alimentação forte e sadia para as crianças, a fim de vencerem as dificuldades de ensino.¹³

Algo a ser destacado é a presença da mulher na criação da Escola Estadual Felisberto Alves Carrejo, além da ativa participação nas tomadas de decisões. Neste contexto, os homens aparecem ocupando cargos políticos, enquanto “mandatários”, na condição de provedores de uma classe abastada e dominante; que teriam como objetivo uma educação positivista e mantedora deste domínio, ou formando “mão de obra” para um mercado, que neste período, delimitado na historiografia, entre 1950 e 1970, como de grande crescimento, voltado para um mercado consumidor interno em total efervescência, estimulado por novas tecnologias importadas do chamado “primeiro mundo”¹⁴.

Esta afirmação da mulher na educação é comprovada pelo histórico da escola; entre as várias diretoras citadas, com trabalhos relevantes, e apenas um homem, daí, talvez, este cuidado com as crianças, como se fossem “filhos”, procedimento às vezes questionado. No entanto, Paulo Freire, alerta para o valor da afetividade, sem perder a austeridade no diálogo com o educando, “querer bem aos educandos”:

E o que dizer, mas sobretudo que esperar de mim, se, como professor, não me acho tomado por este outro saber, o de que preciso estar aberto ao gosto de querer bem, à coragem de querer bem aos educadores e à própria prática educativa de que participo. Esta abertura ao querer bem não significa, na verdade, que porque professor, me obrigo a querer bem a maneira que tenho de autenticamente selar o meu compromisso com os educandos, numa prática específica do ser humano.¹⁵

As diretoras, professoras, funcionários da administração, passando pelas “serventes”, “as tias” da cantina, tanto da Escola Estadual Felisberto Alves Carrejo, como de outras escolas, são pessoas dedicadas, capazes, e perfeitamente responsáveis no desempenho de suas funções, lógico que existem as exceções como em qualquer outro trabalho, algumas com

¹³ HISTÓRICO ESCOLAR DA ESCOLA ESTADUAL FELISBERTO ALVES CARREJO. Uberlândia- MG. 28 de Agosto de 1964. (Manuscrito).

¹⁴ Os avanços de 1950 até 1970 se deram em diversas áreas, desde a criação de hidrelétricas, desenvolvimento do transporte até na área de produtos alimentícios, tendo a criação de supermercados (sendo “O Disco” o primeiro deles, RJ), shopping Center (Iguatemi em SP – 1996), Fast Food, salão de beleza, entre outros. Em suma para os autores Mello e Novaes, todas essas variações do consumo apontavam para os movimentos da sociedade. NOVAIS & MELLO, João Manuel Cardoso de. (1998), “Capitalismo tardio e sociabilidade moderna”. In: NOVAIS, Fernando (dir.). **História da vida privada no Brasil**. Vol. 4: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). Contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo, Companhia das Letras, p. 560.

¹⁵ FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Anca/MST, 2002, p.89.

melhor capacitação; outras que “nasceram para isso,” lembrando que são seres humanos, indivíduos com todas as vulnerabilidades que o ser humano carrega.

E assim são as crianças, quando chegam às salas de aula; estão ávidas de conhecimento, mas cada uma se relacionará a sua maneira os saberes propostos. Não são mais nem menos inteligentes, são frutos da diversidade e das contradições inerente do ser humano.

Mas, à medida que o Estado vai criando leis, elaborando normas de comportamento, buscando padronizar o ensino, “achatar” de maneira cruel as formas de avaliações; as famigeradas “metas”, desviam o foco principal na formação da criança. Nos idos anos 1962, poderiam ser cruéis estas formas, mas certamente existia ali um “carinho especial” para cada criança, talvez em função da menor população escolar, e até mesmo por dedicação de professoras ou diretoras menos cobradas ou pressionadas por instituições governamentais preocupadas com as estatísticas de organismos internacionais.

A Escola Estadual Felisberto Alves Carrejo, neste período recém instalada no Bairro Lagoinha, tinha uma trajetória perpassada por bairros mais próximos ao centro da cidade; recebendo alunos e alunas, “supostamente” mais “elitizados”, e uma Escola Pública ainda gozando de uma reputação bastante confiável.

Se para os dias atuais (anos 2014) o bairro está próximo ao centro da cidade, no ano de 1985; quando foi transferida, a cidade se limitava até os bairros Saraiva e Vigilato Pereira, apesar de o Saraiva ainda carregar, neste período a pecha de “vila”, Vigilato Pereira surgia como bairro de “classe média”, separado do bairro Lagoinha, por partes de fazendas ainda não loteadas, não arrebatadas pela exploração imobiliária.

Com o crescimento da cidade e a valorização crescente desta região, as ruas centrais acompanharam o “progresso” e chegaram ao Lagoinha, atualmente uma daquelas partes de fazenda abriga um imponente condomínio horizontal, com muros “faraônicos” que além da cerca elétrica ostenta uma serpentina metálica pontiaguda isolando e protegendo moradores que tiveram a “coragem” de investir em um imóvel tão próximo a um dos “bairros mais violentos” de Uberlândia.

Geraldo Paulino Silva, na monografia defendida em 2007, intitulada “Um estudo sobre a intolerância na Escola Estadual Felisberto Alves Carrejo”, realiza um trabalho de investigação dessa imagem de violência caracterizada no Lagoinha: O autor é um policial militar, e tenta desconstruir conceitos vistos apenas sob a ótica do policial.

Geraldo Paulino tem como objetivo de ver por outro ângulo os conceitos do que seja violência e intolerância, para isso julga necessário conhecer os meandros da convivência social, para entender a origem do conflito. O autor recorre a dados estatísticos, depoimentos e documentos, com o apoio da instituição pesquisada. Constata uma ação do Estado na Escola, via educação formal e dos projetos desenvolvidos pela instituição escolar. Percebe-se que a Escola não dá conta sozinha da tarefa. Buscando apoio junto a Polícia Militar, além de palestras preventivas e repressão às práticas delituosas são constantemente organizadas, mas ainda assim não se chega a um convívio harmonioso.¹⁶

A Rua Olegário Maciel que passa ao lado da praça Ismene Mendes, antiga Tubal Vilela¹⁷, bem no centro da cidade, nos leva a Escola Estadual Felisberto Alves Carrejo, a rua termina a meio quarteirão do majestoso condomínio, é só contornarmos, isso mesmo, contornar, porque os muros do condomínio, não permitiram que as ruas oriundas do bairro Lagoinha, seguissem seu traçado original, que poderia “unir” essa gritante diferença social tão próxima. Por este trajeto a Escola Felisberto, é como se fosse a entrada do bairro Lagoinha, uma construção modesta, principalmente se comparado ao vizinho condomínio, um verdadeiro paradoxo “arquitetônico”, parece sufocar, empurrar as dependências da instituição, outrora uma referência para um bairro tão “distante”, que “abrigava leprosos”, e já era tido como um bairro a ser evitado.

Márcia Mattos Dorneles em sua dissertação intitulada “A hanseníase e a política de saúde em Uberlândia” trabalha a origem da referência do Bairro Lagoinha, como “reduto de leprosos”, que perdura até os dias atuais do imaginário da população uberlandense.

A autora ressalta a importância do Bairro, em ser esta referência da hanseníase na cidade. Datando o início deste evento a partir dos meados da década de 1950. Famílias que

¹⁶ Embora o trabalho do autor Geraldo Paulino Silva, tenha objetivos e caminhos distintos da proposta desta monografia, foi importante o contato com o referido trabalho, uma vez que Geraldo Paulino, discute a ideia de violência construída sobre o bairro, e traz estatísticas da Polícia Militar que ajudam a desconstruir esta ideia.

Para a minha pesquisa, estas desconstruções podem indagar se haveria uma memória dominante sobre o bairro e que a escola não estaria separada desta discussão. O autor questiona-se o “lugar e o tempo” da Juventude que não compreende seu papel na sociedade, na busca da inclusão, da identidade no “grupo”, o autor questiona a partir daí além da origem, as formas de amenizar a intolerância, buscando explicações e justificativas em trabalhos de estudiosos do tema. “Concluindo que a tolerância é um aprendizado lento e gradual e passa pela aceitação do “outro.” Ver: SILVA, Geraldo Paulino. **Um estudo sobre a intolerância na Escola Estadual Felisberto Alves Carrejo**. Uberlândia-MG. 2007. Monografia apresentada ao curso de Graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia, p.13.

¹⁷ A mudança do nome da praça é uma reivindicação de movimentos sociais na cidade de Uberlândia. Ver: SOUZA, Vinícius. **Principal praça da cidade agora se chama Ismene Mendes**. In: ADUFU-SEÇÃO SINDICAL. Disponível em: <http://adufu.org.br/post/noticias/principal-praca-da-cidade-agora-se-chama-ismene-mendes/> Acesso em: Set.2017.

possuíam ex-portadores da doença se fixaram na área. Fato relatado por uma das primeiras moradoras, senhora Maria Preta, que em 1956 se instalou no bairro, eram na época 6 famílias, que procuravam terrenos mais baratos, não configurava exatamente uma colônia de hansenianos, que não existe mais, mas ficou a fama do Lagoinha como bairro de leprosos. Para a autora pode se dizer que Uberlândia construiu o “mundo da lepra”, um espaço delimitado e legitimado para essas pessoas pobres e não tinham como esconder as chagas.¹⁸

A Escola Felisberto Alves Carrejo é como a maioria das escolas, arquitetonicamente falando, localizada à rua Quintino Bocaiuva, 2801 esquina com a rua Vicente Piragibe, a entrada social é pela Quintino Bocaiuva, mas a “entrada de alunos” é pela Vicente Piragibe. Passe se pelo estreito portão “social” equipado com interfone, a poucos passos já estamos no interior da escola: à direita um balcão divide a recepção, atrás do balcão além dos “funcionários”, seus equipamentos, armários onde estão pastas arquivos armazenando dados além do histórico escolar de todos os alunos matriculados, atuais e ex alunos, a história, a origem de um por um.

Pairando sobre tão nobres informações, uma foto do fundador da cidade¹⁹ e que dá nome a instituição de ensino: Escola Estadual Felisberto Alves Carrejo. Uma moldura imponente, parecendo olhar a todos que adentram a “sua Escola”.



Imagem 01: Entrada/ Secretaria da escola. Arquivo pessoal.

¹⁸ Ver: DORNELES, Márcia Mattos . **A hanseníase e a política de saúde em Uberlândia**. Uberlândia, 2005. Dissertação do Programa pós Graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia. P.107.

¹⁹ De acordo com o Jornal Correio de Uberlândia, “Felisberto Alves Carrejo foi o fundador da cidade de Uberlândia... Nasceu em Campo Belo, no oeste mineiro, comarca do Rio das Mortes em 1795... Em 1852, atendendo ao **manifesto da população do povoado**, o governo de Minas criou o Distrito de São Pedro de Uberabinha, vinculado à Comarca de Uberaba”. PEREIRA, Antônio. **Crônicas da cidade**-“Felisberto”. In: CORREIO DE UBERLÂNDIA. 09/11/2014. Disponível em: <http://www.correiodeuberlandia.com.br/columas/cronicasdacidade/felisberto/> Acesso em: Set. 2017. O trecho acima destacado em negrito demonstra a necessidade de trabalhos que investiguem os interesses e participação da “população do povoado” para a criação da cidade. Embora não seja o objetivo desta monografia, é importante salientar este aspecto.

À direita podemos ver as Bandeiras Nacional, Estadual e Municipal, proporcionando um clima solene ao entrarmos na biblioteca, com um acervo modesto e pouco visitada segundo informações de funcionários e os próprios alunos e alunas; salvo quando tinham que cumprir uma advertência eram enviados à biblioteca, para ler como forma de “castigo”.



Imagem 02: Entrada da biblioteca e armários com documentos da escola. Arquivo pessoal.

Bem ao lado uma sala que deveria ser um laboratório de informática, previsto no PPP, mais ainda em fase de montagem, ainda nesta sala outros armários com pastas arquivos, resguardando o histórico da própria escola. Mais alguns passos já podemos vislumbrar o pátio, a direita a sala da vice diretoria e ao lado uma sala de reunião, logo a frente a sala da diretoria, encostada à sala dos professores; a esquerda as salas de aula, oito no total, abrigariam em média até 40 alunos, os número neste momento são inferiores, devido a evasões e ao fato da possibilidade no ano de 2014, da transferência para o bairro Shopping Park, ainda neste alinhamento das salas tem os sanitário, bem cuidado por sinal.

Toda esta estrutura ladeia o pátio, com algumas árvores e canteiros de ramagens rasteiras junto aos muros e paredes, a direita uma quadra esportiva, “isolada” por um muro baixo, além de grades, visando a “segurança” das crianças. Grades são vistas também nas janelas das salas, o que incomoda num primeiro momento, mas acabamos por “naturalizar”. Afinal é um artifício utilizado em larga escala nas mais diversas residências. Ao fundo, já na divisa do terreno vizinho, a cantina, e um espaço com mesas e cadeiras reservado à merenda escolar. Desta posição podemos ver o portão lateral por onde entram os alunos e alunas.

A escola havia passado por uma reforma, no início do ano letivo, pelo menos a pintura estava bem conservada, tanto o interior como as partes externas estampavam uma combinação de branco e verde, realmente passava uma ideia de frescor, combinando com as plantas.

A Escola é referência no bairro, segundo a diretora, e tem boa interação com a comunidade, com algumas dificuldades na participação dos pais nos eventos, e busca por solução de problemas inerentes à administração escolar, podemos observar cartazes nos murais convidando para atividades, como concurso de dança por exemplo.

Quanto ao ensino específico da história: flui com tranquilidade, em especial no oitavo ano, turma observada durante o estágio, talvez pelo esforço pessoal da professora; que tem uma didática condizente com situação, e faz do livro didático um roteiro (que não limita as aulas em “cópias do livro”), pois, a professora lança temas relacionados ao conteúdo, proporcionando um debate bastante pertinente com a participação ativa de alunos e alunas.

Como todo estabelecimento de ensino público, podemos notar carências, por exemplo: um laboratório de informática melhor equipado, uma biblioteca servida de variadas obras literárias, inclusive com programas para maior e melhor utilização deste espaço. No entanto o quadro de funcionários é muito bem integrado dos assuntos da escola, se mostram participativos e dispostos no suporte a alunos e professores. As dependências da escola são bem cuidadas no sentido da higiene e limpeza, pátio arborizado, com quadra de esportes e um espaço confortável para a merenda escolar.

Segundo palavras da Diretora Divina Rosário Castelar Brito, “hoje não existe carência de verbas”, o que vai de encontro aos tópicos discutidos em sala de aula, sobre a forma de pleitear os recursos do Estado: é preciso manter os instrumentos de controle atualizados.

A questão do “Projeto Político Pedagógico” (PPP), um relatório de importância fundamental, é nele que está todo o histórico da instituição: em uma rápida análise do PPP da escola, podemos notar todo um trabalho de pesquisa no entorno da escola, as características da comunidade e toda uma história da instituição, desde a sua fundação. É fato que muito do que é projetado não é possível cumprir, no entanto é um roteiro que norteia todas as ações e planejamentos da escola.

Quando relacionamos a prática do estágio²⁰ com os textos discutidos em sala, notamos a importância das pesquisas realizadas pelos autores, as “coisas” acontecem como descritas, é uma educação “forjada” no reduto do poder e como tal é tendenciosa buscando formar cidadãos sem a devida consciência política e cultural; e está voltada para os objetivos do capital. Só a vivência no meio educacional, o contato com seus executores, mesmo que por pouco tempo, nos dá a dimensão do que significa as tensões vividas no cotidiano das instituições. O sistema é “engessado”, o “jogo de cintura” fica por conta de atuações “individuais” voltadas para o coletivo dos interesses da comunidade, fazendo da escola um meio de conscientização do sujeito histórico.

O estágio supervisionado de observação, é um instrumento muito valioso para o futuro profissional, é uma forma de interação com a prática do ensino; a ideia que temos enquanto graduandos, em função das várias teorias “dadas” sobre, principalmente a escola pública, nos leva a criar um preconceito sobre a atuação dos diversos sujeitos; envolvidos no sistema educacional; mesmo com o pouco tempo despendido, notamos que existe, por parte da maioria, um comprometimento com o objetivo da instituição. É visível a preocupação com o principal “objeto” de trabalho: o ser humano, “representado” naquele espaço pelo aluno, que carrega toda uma diversidade, toda uma cultura, que deve ser “apreendida”, analisada com todo carinho. É responsabilidade de toda comunidade, mas é na escola que ele será munido de conhecimento para “enfrentar” as adversidades propostas por todo um sistema de alienação. O estágio nos dá uma pequena amostra deste universo tão desafiador, nos previne para “encarar” os conflitos e fazer deles estímulos para “revolucionar o mundo pelo saber”.

Com base nos Estágios Supervisionados²¹, apesar do pouco tempo de convivência no espaço físico da Escola, nota-se que não existe um projeto arquitetônico que visa o conforto e o bem-estar da criança, durante sua permanência nas dependências do estabelecimento de ensino. São construções de “qualidade questionáveis”; além de grande parte do mobiliário total ou parcialmente danificado.

A criança não é estimulada para um convívio extra sala de aula, já que no interior da sala o ambiente nem sempre está propenso para uma convivência, um diálogo entre educador e educando, o conteúdo precisa ser “ministrado”. São fatores recorrentes no ensino de maneira

²⁰ As observações na escola, que possibilitaram o interesse em fazer uma monografia sobre esta instituição em especial, foram de extrema importância para construir a metodologia deste trabalho.

²¹ Realizei as disciplinas de Estágio Supervisionado I e II no ano de 2013, ministrado pela Prof.^a Dr.^a Marta Emisia Jacinto Barbosa. Tanto observação quanto regência, foram executadas na Escola Estadual Felisberto Alves Carrejo.

bastante generalizada. É resultado de um sistema arcaico de formação da criança, sem que ela seja o foco, o objetivo principal. Esta falta de interação se estende também à sala dos professores, não é visível a interdisciplinaridade.

A Escola Estadual Felisberto Alves Carrejo, nos passa uma calma aparente, mas muitas vezes os conflitos são velados, alguns debates acalorados acontecem; uma mãe, com uma criança de colo, outra “puxada” pela mão, e um “filho problema” que é a causa do convite para esta visita. Depois da reunião, a mãe sai do jeito como entrou; o filho continua “problema”, nem sempre a escola dá conta de tudo. E tem o imbróglio entre o professor e o aluno, uma questão de gênero, que começou na sala terminou no pátio, constrangedor, nem sempre a escola dá conta de tudo.

1.2 Seu entorno e sua comunidade:

A partir da Escola Estadual Felisberto Alves Carrejo, o Bairro Lagoinha (Mapa 01) se estende no sentido dos Bairros Carajás, Leão XIII, Pampulha, chegando até a Avenida João Naves de Ávila, sentido Bairro Santa Mônica e pelo chamado “lado de baixo” vai até o Córrego Lagoinha, que lhe empresta o nome.

São ruas e avenidas com traçado comum, como a maioria dos bairros uberlandenses, com acesso fácil, para o centro e demais setores, o que chama a atenção é a diferença gritante do já citado Bairro Vigilato Pereira.

Quando comparamos as construções é como se o Lagoinha houvesse parado no tempo, são casas muito simples, com seus “puxadinhos”, muros sem reboco e sem pintura. É um bairro residencial na maioria do território, com pequenos comércios, principalmente bares, destaque para uma indústria de refrigeração (Zagros) e um supermercado de médio porte (Sinhá). Este padrão segue a “linha do ônibus” (A-118 Pampulha), em seu trajeto, que tem o ponto de frente a Escola, seguindo pela Avenida Bento de Faria, seguindo para o Bairro Pampulha.

Estas características demonstrando a disparidade da “evolução” dos investimentos imobiliários nesta área, que é muito delimitado, atinge praticamente só o Lagoinha; os outros bairros citados, estão mais distantes do centro e recebem construções bastante valorizadas. Este entorno lembra um “gueto”, pois é uma forma explícita de segregação. Morar no Bairro

Lagoinha é algo que, aos olhos dos “outros” difama o “lugar” do morador: foi decretado pelo senso comum, é um bairro “perigoso”. É aquela “análise da estrutura” que deixamos de avaliar, pois, o preconceito é contagioso, esse estigma é preponderante e esquece-se que os moradores deste entorno da Escola são trabalhadores, pessoas com seus sonhos e sacrifícios, não precisam de mais este “rótulo” de exclusão.

O entorno da Escola Estadual Felisberto Alves Carrejo, não fazia mais parte das atividades extra curriculares, que na verdade aconteciam pouco. Além de pais e mães de alunos morarem distantes da escola, o morador não conhece a função da escola, como instituição fundamental na formação do cidadão, nem todo morador dos arredores tem filhos naquela Escola, no entanto é um patrimônio público, e como tal deve ser preservado, não podemos fechar os olhos para as necessidades da nossa Educação. O fato de não mantermos vínculos “familiares” com uma Escola, não nos isenta da responsabilidade para com o bem público. Temos o direito e o dever de fiscalizar o bom andamento e as necessidades de qualquer estabelecimento público.

Esta cobrança ou acompanhamento passa pelo resgate das Associações de Bairros, prática com pouca visibilidade entre moradores. A Escola deve sempre “abrir as portas” para uma interação com pais dos estudantes além dos outros cidadãos do entorno.

Podemos analisar duas formas de entorno; em se tratando da Escola Estadual Felisberto Alves Carrejo: primeiro o entorno relativo aos moradores, que tipo de atividade despertaria nestes vizinhos, o desejo de participar do dia a dia da escola? Por exemplo, algumas datas festivas como festas juninas ou datas como o dia da “Consciência Negra”; em 20 de novembro.²²

E em novembro de 2013, foi comemorada a data, com a participação de toda a escola, uns mais outros menos empenhados, houve música, contação de histórias e história, poesia, poemas, entre outras atividades, algumas mais voltadas para as crianças menores. No evento havia exposição de fotografias ressaltando a cultura afro no Brasil.

Alunos e alunas foram caracterizadas com os costumes da influência Afro; foi montado um painel com exposições de materiais com influência afro-brasileira, onde se buscou romper com aquelas ideias cristalizadas sobre o que seria a África, as vezes utilizado

²² A lei 10.639/2003 garantiu o ensino de história e cultura afro-brasileira para a educação pública, nesse contexto, o dia 20 de Novembro, comemorando a Consciência Negra, era uma oportunidade de integração entre a escola e a comunidade.

como um termo pejorativo, que caracterizavam o continente africano como um lugar do selvagem, das savanas, dos safares, representados em produções cinematográficas, à “caça” de leões, tigres e elefantes; guiados por um “nativo africano”.

O objetivo daquele trabalho era ainda, trazer o sujeito e as influências no Brasil mostrar a proximidade da cultura afro-brasileira nas apresentações dos alunos do Ensino Fundamental. Neste dia também houve apresentações envolvendo diversas matérias do currículo escolar voltando para a questão da consciência negra como os professores de ciências biológicas, história, geografia. Onde foi debatida a ideia de raça, a ideia de cor; as construções sociais sobre o negro no Brasil. Havia cartazes apresentados pelos alunos, exposições, como se fosse uma feira de Ciências.

É uma “prova” que é possível criar um clima de interação com a comunidade, o que falta talvez, é uma maior divulgação, mas isto passa pela preocupação com a estrutura, contenção de gastos. Mas não foi sempre assim, já houve ações bastante significativas envolvendo este entorno.

Existem registros de atuações de organizações junto com a escola e com a participação dos alunos; como por exemplo, um projeto em parceria com fundação Mapfre²³, e apoio da Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais, a Escola Estadual Felisberto Carrejo, como uma das escolas escolhidas pela referida fundação, foi organizado um “mutirão” no bairro Lagoinha para retirada de lixo de uma região próxima à escola; incluindo o Córrego Lagoinha. O evento proporcionou uma interação entre os alunos e a comunidade, integrando o entorno da Escola.

A Escola foi certificada pela Fundação, através do “*Programa EANE - Educação Ambiental Nas Escolas*”, no ano de 2012, motivo de orgulho para a instituição; representada brilhantemente por funcionários e alunos. A fundação Mapfre possui sede na Espanha mas desenvolve vários projetos sociais em diversos países da América Latina, Europa, América do Norte, Ásia e África.

Mais um evento chamou a atenção, uma publicação intitulada “Acontece Lagoinha”, convidava para o 2º ACISO - Ação cívico-social, a realizar nas dependências da Escola

²³ De acordo com o site da fundação, criada “desde 1975, em 29 países, para contribuir para o bem-estar dos cidadãos. Direcionamos os nossos esforços para vários objetivos: aumentar a segurança das pessoas, difundir a cultura e as artes, sensibilizar o público para a importância da saúde, promover e divulgar o conhecimento.” Trata-se de uma organização não governamental com sede na Espanha que possui projetos em vários países. Ver: FUNDACIÓN MAPFRE. Disponível em: <https://www.fundacionmapfre.pt/portugal/pt-pt/> Acesso em: Set.2017.

Estadual Felisberto Alves Carrejo, Rua Quintino Bocaiuva, 2.801, no dia 18 de novembro de 2007, com apoio da Prefeitura Municipal, Corpo de Bombeiro, Polícia Militar e Câmara Municipal. O convite era formalizado pela Equipe do Programa: Oficina de Integração das Redes Institucionais do Sistema do Bairro Lagoinha.

Estes projetos desenvolvidos na escola sinalizam para o envolvimento, de vários outros grupos sociais na região do Bairro Lagoinha; as participações não aconteciam de uma maneira tão ampla que daria visibilidade a essas práticas no bairro Lagoinha, no entanto elas aconteceram e é importante notar as relações que significam pensar a escola e o seu entorno.

Tanto o certificado quando o cartaz de chamado à comunidade para a ação, mostrava uma movimentação e uma integração do bairro e da comunidade. Importante é pensar quais integrações poderiam acontecer de uma maneira mais efetiva e que tivesse maior visibilidade na cidade.

A pouca visibilidade dos acontecimentos, provoca uma avaliação negativa, só uma pesquisa mais aprofundada permitirá, uma correção e um resgate de iniciativas e práticas de eventos tão necessários na integração da Escola e seu entorno. A Escola está cada dia, mais sobrecarregada, assumindo funções de outras instituições sociais, estas ações envolvendo órgãos públicos, famílias, universidade, é um passo importante para amenizar parte dos muitos problemas enfrentados no dia a dia da relação professor-aluno.

“Outro entorno” que chama a atenção é o avanço da especulação imobiliária, bairros como Vigilato Pereira, Jardim Inconfidência e já citado condomínio horizontal, construído já na divisa o Bairro Lagoinha, confirmando em parte, as “publicidades negativas” do bairro.

Chamou atenção, e causou certo desconforto, perceber a grande quantidade de notícias que trabalham para solidificar a exclusão e participar de alguma maneira, nas relações de poder e disputas por espaços que envolvem a exploração imobiliária na região: “Um dos bairros mais violentos de Uberlândia”, “reduto de traficantes e usuários de droga”, além do “bairro dos leprosos”.²⁴ Concomitante com esta imagem, temos a exploração imobiliária gritante no entorno: o condomínio Carmel.

²⁴ Podemos elencar uma grande quantidade de reportagens sobre a questão da violência. Dentre elas, chamou atenção a matéria exibida pela Rede Vitoriosa de Televisão, na região de Uberlândia, onde falava diretamente sobre a violência no bairro Lagoinha. Ver: JORNAL DA VITORIOSA. **Lagoinha é considerado uns dos bairros mais violentos de Uberlândia**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=A6O2zMnhm0w> Acesso em: Set.2017. (2,07')

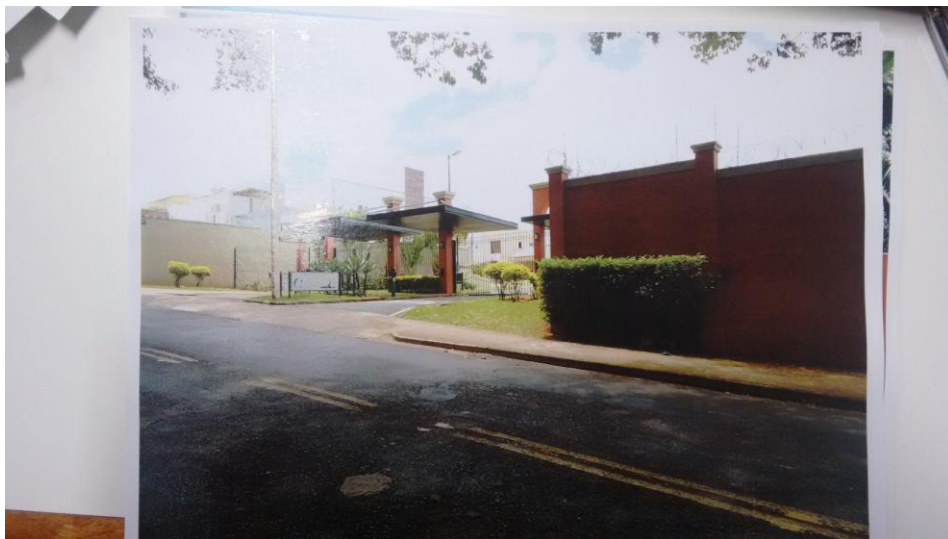


Imagem 03: Entrada do condomínio. Arquivo pessoal.



Imagem 04: laterais do condomínio. Arquivo pessoal.

O “tal” condomínio é uma construção imponente, se comparada com o próprio prédio da Escola e demais imóveis do Bairro. Tem uma entrada “social” pela Rua Benjamin Alves dos Santos, uma entrada de “serviço” pela Rua Quintino Bocaiuva, à uns 20 metros, de frente a entrada da Escola, nas laterais à esquerda, tendo como referência a entrada social, a Rua Vicente Piragibe e a direita Rua Álvares de Azevedo. O que realmente causa indignação é a “interrupção” da Rua Bento de Faria, que deveria seguir seu traçado original chegando a Rua Benjamin Alves dos Santos, levando a crer que se trata de uma obra irregular.

Os portões do lado do Bairro Vigilato Pereira e do Bairro Lagoinha têm o mesmo alinhamento, seguindo o traçado da Rua Bento de Faria, uma forma de “ludibriar” a Prefeitura

Municipal e Corpo de Bombeiros para liberação de Habite-se. Certamente que este evento não influiria no cotidiano de uma Escola; mas é um “entorno irregular” uma instituição de ensino, enquanto espaço de formação da criança, deveria estar atenta aos acontecimentos no entorno da Escola, baseando na tradição da Escola Estadual Felisberto Alves Carrejo de envolvimento com o meio ambiente e ações de integração social do Bairro, conforme demonstrado no histórico escolar.

Em pouco tempo a Escola Estadual Felisberto Alves Carrejo estará em outro endereço, o condomínio continuará. Sem a administração, professores e principalmente, sem alunos; restará um grande vazio não apenas físico, mas também cultural. Uma lacuna difícil de preencher. Poderá vir outra escola, pois o prédio pertence ao Município, e tem uma estrutura pronta, ainda assim levará tempo para se forjar uma identidade, escrever uma história, criar referência com o Bairro. Restará ainda uma incerteza, não poderia surgir um novo condomínio? Quem interrompe uma via pública, não poderia construir em terreno do Município?

Assim como existem relações de conflito pelo entorno da escola, não podemos esquecer que estas relações são permeadas pelos sujeitos que constroem os espaços. Nesse sentido, procuramos relacionar a comunidade escolar que vivencia estas disputas pelos espaços em torno da Escola Estadual Felisberto Alves Carrejo.

Comunidade é ou deveria ser básico em qualquer instituição de ensino, um movimento envolvendo Alunos, Pais de Alunos, Professores, Diretores e de todo o corpo administrativo. promovendo o convívio extra sala de aula, com todas as possibilidades de eventos culturais, esportivos e as mais diversas e possíveis pautas voltadas para agregação de conhecimento ao conteúdo didático, é imperativo que as escolas estejam abertas a estas iniciativas.

Só desta maneira podemos interagir com todos os envolvidos neste processo de tamanha importância. Trata-se da formação da criança, o ensino Fundamental, já traz esta indicação, é a base para toda uma trajetória, que pode ser facilitada, pela troca de saberes, todos precisam ser ouvidos nas mais diversas linguagens.

É constatado que à Escola são atribuídas funções que nem sempre são de sua responsabilidade, mas é uma estrutura que precisa ser repensada. A Universidade é requisito básico nesta demanda.

No caso da Escola Estadual Felisberto Alves Carrejo, trata-se de um resgate, foram registradas no histórico da Escola, diversas ações unindo o entorno e a comunidade. A Universidade Federal de Uberlândia, também está presente neste contexto, além do Estágio Supervisionado e do PIBID(O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência), existem trabalhos realizados junto à comunidade, como por exemplo, UFU na comunidade, projeto da professora Raquel Salimeno, “Fachadas Humanizadas”, “Moradores do Bairro Lagoinha expressam sua identidade utilizando a técnica do grafite.”²⁵

É fundamental conhecer a comunidade do interior da Escola, para quem deve voltar todo o esforço deste “pacto”, devemos ouvi-los, conhecer a história de cada um, o potencial, sua origem, seus anseios; não se trata só das crianças e adolescentes; professores e todos que fazem parte da “engrenagem” que faz uma escola “funcionar”. O conhecimento mútuo é a “pedra filosofal” na construção de uma relação profícua, capaz de criar um comprometimento, baseado no respeito pelo outro. “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo.”²⁶

Entre vários tópicos importantes do PPP, alguns chamam mais atenção, a avaliação sócio econômica²⁷ e cultural da comunidade através de uma pesquisa, o projeto “Adolescência segura”, que trata de sexualidade, afetividade e cidadania, é uma atividade semanal para séries específicas formando multiplicadores destas terapias.

A pesquisa sócio econômica no referido projeto apresentada a seguir, dá destaque para aspectos relevantes da comunidade que frequenta a escola.

²⁵ MOTA. Nubia. Entretenimento- **As novas cores do bairro Lagoinha**.24\06\2011. In: JORNAL CORREIO. Disponível em: <http://www.correiodeuberlandia.com.br/entretenimento/as-novas-cores-do-bairro-lagoinha/> Acesso em: Set.2017.

²⁶Ver: FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 11ª Edição. Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1987, p.95.

²⁷ Síntese da pesquisa por amostragem da condição sócio econômica integrada no Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Felisberto Alves Carrejo, no ano de 2012.

Projeto político Pedagógico 2012								
Avaliação diagnóstica sobre a situação sócio - econômica e cultural.								
Público entrevistado: Comunidade local e comunidade escolar da Escola Estadual Felisberto Alves Carrejo								
Idade das pessoas entrevistadas:	Conclusão do perfil quando ao perfil da comunidade	Nível de Escolaridade e::	Naturalidade/Origem:	Local de Residência:	Residências:	Número de moradores por residência:	Atividade remunerada: de 1 a 3 pessoas por residência	Profissões Ocupações:
Idade das pessoas entrevistadas: de 15 a 50 anos.	70% são membros da comunidade escolar. 43% sexo masculino. 57% sexo feminino.	96% ensino fundamental incompleto. 4% outras modalidades	40% Uberlândia 38,7% Outras cidades de Minas Gerais 21,8% outros Estados do Brasil	72,2% Residem nas imediações da Escola, maioria no próprio Bairro. 27,8% Outros Bairros (Saraiva, Vigilato, Shopping Park). 6,6% Outras situações.	56% Próprias 24,4% Alugadas. 13% Financiadas (Sistema Financeiro Habitação). 6,6% Outras situações.	55,7% de 4 a 6 pessoas. 36,3% de 1 a 3 pessoas. 8% de 7 a 10 pessoas	Renda Familiar: 19,5% até R\$200,00 14,8% de R\$201,00 a R\$400,00 18% de \$401,00 a R\$600,00 26,6% de R\$601,00 a R\$1.000,00 7,8% de R\$1.001,00 a R\$1.500,00 0,8% acima de R\$1.501,00 12,5% não declararam.	27,8% Empresas privadas 5% Instituições públicas 25,4% Autônomos. 37% Economia informal 6% Desempregados ou subempregos.

No ano de 2013, a Escola Estadual Felisberto Alves Carrejo era frequentada por alunos e alunas vindos do Bairro Shopping Park, um bairro distante; e o transporte era feito por ônibus especiais, pagos pela Prefeitura Municipal, esta situação perduraria até a mudança da Escola para o bairro de origem dos alunos, era visível a dificuldade de participação dos pais no cotidiano da Escola, assim como um conhecimento mais profundo das crianças e adolescentes.

Quando a criança mora no entorno da escola esta relação fica mais estreita. Segundo o Plano Político Pedagógico, no ano de 2012, 70% de alunos e alunas fazia parte da comunidade escolar, o perfil do bairro onde está a escola reflete no perfil do aluno e da aluna, a escola pública se tornou reduto de estudantes de baixa renda, tanto o Bairro Lagoinha quanto o Bairro Shopping Park, estes dados eram confirmados pelo PPP; em se tratando do Lagoinha e o Shopping Park pela formação do bairro²⁸, pessoas que construíram suas casas com grandes dificuldades, enfrentando problemas de saneamento básico, aguardando legalização do loteamento.

Os Professores da Escola Estadual Felisberto Alves Carrejo, “sofriam” do mesmo mal da maioria dos professores Brasil afora, nem sempre a estrutura educacional proporciona uma tranquilidade para um desempenho de alta performance, pela própria carência na formação e ainda, uma remuneração que permita uma qualidade de vida digna, além das jornadas duplas e até triplas de boa parte destes profissionais.

Na sala dos Professores, nos intervalos, no “cafezinho” era comum ouvir reclamação de turmas, mas as opiniões divergiam às vezes. Realmente alguns professores conseguem ter a classe “*mais na mão*”, talvez com referência à uma disciplina mas “*rígida*”.

Este tripé, escola – pais - aluno, buscam um equilíbrio, nas atuais circunstâncias da Escola Estadual Felisberto Alves Carrejo; estava longe de serem atingidos, os pais em sua maioria com trabalhos desgastantes, aliado a distância, não possibilitavam a presença constante na Escola, por sua vez a Escola já havia assumido esta carência da família, e o “livro das ocorrências”, nem sempre era assinado por todos os interessados.

²⁸ Até 2015 o bairro Shopping Park ainda convivia com ocupação de 50 famílias, segundo reportagem do Jornal Correio. Ver: MACHADO, Diogo. **Invasão no bairro Shopping Park já é a 3ª maior da cidade.** 02/06/2015. In. JORNAL CORREIO. Disponível em: <http://www.correiodeuberlandia.com.br/cidade-e-regiao/invasao-no-shopping-park-ja-e-a-3a-maior-da-cidade/> Acesso em: Set.2017.

Com a renda familiar comprometida com as necessidades básicas – alimentação, água e energia - fica muito difícil arcar com uma atividade para os filhos fora do turno escolar, com pais no trabalho, o destino da maioria são “atividades” no entorno de casa.

O convívio da rua faz parte da socialização, princípio básico de comunidade, as crianças convivem em seus “lugares”, mas carece de uma iniciativa entre escola e comunidade que crie opções de uma extensão das atividades destas crianças voltadas para as artes em geral: música, dança, pintura e também esportes. Já existe no Bairro Lagoinha, “O centro de bairro do Município”, não haveria neste caso, pela nobreza da causa, a possibilidade de convênio entre Estado e Município? E as novas instalações, no Shopping Park, estarão devidamente equipadas, com laboratório de informática, uma biblioteca com um acervo a contento? E os projetos propostos no Plano Político Pedagógico, sairão do papel? Para citar alguns, “O Homem e suas relações com o meio social, econômico, político, ambiental e cultural”, “Speaking English”, “Adolescência Segura (Terapia)”.

Capítulo 2

O Espaço, o ambiente, os sujeitos e a conjuntura na formação da Criança.

2.1 O espaço e o ambiente na formação da criança:

Analisando o resultado da observação na Escola Estadual Felisberto Alves Carrejo, em suas especificidades econômicas, política e social; uma questão nos assola e traz difícil resposta, se imaginarmos quão “jovem” é nossa educação, entrecortada por ditaduras, exclusiva para elites dominantes com direcionamentos ideológicos e tendenciosos, como “vai” a educação no Brasil? Muito difícil explicar o desleixo dos “responsáveis” por tamanha inabilidade na condução de um segmento básico para a formação do cidadão.

A tarefa de historicizar esta “proposta” está embasada em diversas leituras, de fontes orais e escritas; buscando no passado a explicação para a contemporaneidade; permeando pelos diversos momentos políticos e econômicos que assolam o Brasil desde seu “descobrimento/ conquista”.

Vários autores nos ajudam a entender, por vários ângulos de observação, mas alguns tópicos são comuns nos diversos escritos elencados, as pesquisas são multidisciplinares e abrangentes, na educação, cultura, formação de professores, políticas, currículos, participação da comunidade, envolvimento e interação de alunos e professores.

Quando sintonizamos a prática do estágio e a “teoria” dos textos, facilita o entendimento dos diversos posicionamentos dos autores. A convivência com os alunos e professores de uma escola, assessorados pelos funcionários administrativos, nos dá uma ideia em menor escala do macroprocesso que envolve o sistema educacional.

Como discutido anteriormente, muitos itens são preocupações e constatações convergentes de autores inquietados com os caminhos que a educação percorre. Quando o assunto é a formação do profissional aqui com foco no professor de história, Déa Ribeiro Fenelon em “A formação do profissional de História e a realidade do ensino” questiona que perspectiva a academia transmite ao futuro profissional, qual ensino e pesquisa é praticado na universidade. É preocupante também o distanciamento entre as propostas de ensino acadêmico de história, e a realidade de formação dos alunos que terá que lidar.

A autora trás questionamentos recorrentes, após reflexões conjuntas em simpósio da ANPUH, questões que atingem num primeiro momento, os estagiários e futuros professores, envolvidos diretamente na interação da academia com o ensino básico e médio, e obviamente a responsabilidade maior recai sobre a Universidade. E as perguntas são de difíceis respostas, mas são fundamentais para a ampliação no debate:

“Que perspectivas estão sendo transmitidas? De que concepções estamos falando, se considerarmos o seu futuro desempenho como profissional no ensino Básico e Médio? O que dizer do ensino e da pesquisa na própria Universidade? Que diálogos estabelecemos com nossos alunos em relação às posições e experiências sociais vivenciadas por todos nós? De que realidade estamos falando quando dizemos que a História é importante porque nos ensina a analisar a realidade para podermos transformá-la?”²⁹,

O trabalho de Fenelon perpassa pela divisão do trabalho intelectual, a posição que a História ocupa com ciência, correspondente a concepção de saber / conhecimento, da coerência da postura como “sujeito da História”; o não questionamento do caráter das próprias fontes e documentos, que quase sempre guardam e si a visão do dominador, questionando também o nosso “lugar social”, correndo o risco de desenvolver o mito da “memória nacional”, com seus ritos e maniqueísmos de “vilões e heróis”. E a História oficial continua controlando os programas, diminuindo as aulas ao estritamente necessário, desdobrando a história em Estudos Sociais, Educação Moral e Cívica, e Organização Social e Política do Brasil, reproduzindo ideologias dos valores dominantes. E uma constatação importante e preocupante, a maioria dos alunos não consegue reconhecer a historiografia enquanto produção intelectual do conhecimento. O ensino sempre pressupõe pesquisas e descobertas.

A reclamação é geral quando se trata da qualidade do ensino do “1º e 2º graus”, Fenelon não se esquece da influência do golpe militar os currículos oferecidos, ou impostos pela ditadura era a busca da reprodução ideológica. A solução é colocar o aluno diante do problema de conduzir qualquer investigação, ele raramente aprende a fazer ciência, a fazer história, ligar com a sociedade, objeto dinâmico e em constante transformação.

Estas preocupações da autora estavam centradas na década de 1980, em uma conjuntura de repressão à educação, em meio a ditadura civil e militar, suas discussões se fazem presentes nos anos 2017 na medida em que continuamos com tais desafios e

²⁹ Ver: FENELON, Déa. A formação do profissional de História e a realidade do ensino. In: **Tempos históricos**, v12. Jan/jul.2008.

questionamentos para os rumos da educação, pois, mesmo que não tenhamos os estudos sociais, educação moral e cívica e OSPB nas diretrizes curriculares, estamos vivenciando uma educação bancária que limita os sujeitos e nos impulsiona a lutar por estratégias educacionais que permitam a formação do pensamento crítico na sala de aula, e recupere o sentido de comunidade em sua totalidade.

Outro autor que nos ajuda a pensar as experiências sociais é Miguel G. Arroyo: seus questionamentos passam pela relação com o conhecimento, os currículos, as didáticas. Para Miguel Arroyo, o currículo sempre foi importante balizador para análise, na relação de poder, durante décadas sua rigidez engessa a autonomia dos docentes. O autor destaca que o currículo não é apenas território de disputas teóricas, e é disputado, pelos sujeitos da ação educativa, os educadores e os educandos.

Arroyo acredita que a atividade do professor não se reduz, de forma alguma, a validar o controle das instâncias superiores sobre a escola, que é uma dicotomia hierarquizante e segregadora. Para o autor, dois grandes momentos históricos foram responsáveis, no Brasil, por esse bloqueio: a ditadura de 1964 e as atuais políticas neoliberais; ambas produziram a secundarização da autoria docente, substituindo-a por controles de mercado e controles científicos, com o intuito de matematizar e estatizar os resultados escolares através de modelos de competências; reduzidos ao treinamento e fórmulas descontextualizadas de metas avaliativas.

Mas a atuação do Professor não foi totalmente eliminada, pois a arte de educar não se separa do mundo da vida, das práticas reais das pessoas, de suas mazelas, de seus desejos, e é fundamental o reconhecimento da diversidade dos Sujeitos Históricos. O Autor indigna-se com o fato de que as crianças-adolescentes “passarão anos na educação fundamental, complementarão a educação média e sairão sem saber nada ou pouco de si mesmo” Arroyo defende a ideia de que saber de si é reconhecer-se vivo numa temporalidade, espacialidade e memorialidade específicas.

É necessário enfatizar a importância do espaço físico e do ambiente escolar oferecido para as crianças, são modelos carentes de uma revisão mais detalhada voltada para a qualidade de vida e consequente “prazer” na convivência e vivência com os demais sujeitos, quebrando o estigma da Escola como uma obrigação.

No entanto este espaço não “nasce e nem morre” limitado pelos muros de uma instituição, é consequência do movimento de um Município, de um Estado e de um País, se dizendo educadores, que deveriam zelar por uma educação de qualidade, mas na verdade fazem de seu empoderamento uma trincheira que resiste às lutas de classe impedindo a “consolidação de valores, comportamento e saberes que sejam coerentes com um projeto humano para a ‘invenção de um mundo melhor’.”³⁰

“De alguma maneira, a questão do espaço sempre esteve presente em nossas atividades. Não tanto o espaço enquanto resultado da concepção de um arquiteto, mas antes a forma de como é organizado, distribuído e direcionado pelos que detêm o poder e como esse espaço é apropriado ou não por aqueles a quem se destinaria.”³¹

É notório nos autores citados a presença do Estado e os interesses do capital na formação do profissional para o mercado de trabalho. Ferreira e Oliveira³² expõe a crise da escola por uma política educativa que parte do princípio de uma escola como espaço de ensino e promotora da justiça social. Esta discussão abrange o direito à educação para todos, oportunidades iguais, meritocracia.

As tensões que envolvem todo o processo de ensino; não eximem a posição social do indivíduo, que poderia fazer da escola uma conquista mais distante para classes menos favorecidas, fato que leva o Estado ao uso das políticas educacionais revestidas cada vez mais de caráter social/assistencial descentralizando a gestão com participação das outras instâncias

³⁰ Ver: SALETE, Roseli. **Escola Em Movimento** - Instituto de Educação Josué de Castro, Caldart, São Paulo: Expressão Popular, 2013.

³¹ Ver: LIMA, Mayumi Souza. **A Cidade e a Criança**. São Paulo: Nobel, 1989, p.09. A importância do livro de Mayumi Souza Lima para as discussões desta monografia se deve a questão do espaço nas atividades em geral, que vai além das concepções de um arquiteto, mas, como é “organizado e distribuído pelos que detêm o poder” e mais ainda como esse espaço é apropriado ou não por aqueles que iriam utilizá-los. Lima leva esta discussão para as instituições de ensino, como esta equivocada apropriação dos espaços influencia na formação da criança. A autora, que é também arquiteta, reforça o uso desse espaço, como forma de repressão; são programados para facilitar a ilusão e a ideia de superioridade, referindo-se a uma classe dominante, que se sente representada por políticos tendenciosos, que utilizam a educação em campanhas eleitorais, sem nenhuma responsabilidade com a população em geral, e muito menos com o “segmento mais fraco de todos os dominados: A Criança”. Cf: LIMA, Mayumi Souza. **A Cidade e a Criança**. São Paulo: Nobel, 1989, p.11.

³² Ver: FERREIRA, E. & OLIVEIRA, D. A. **Crise da Escola e Políticas Educativas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. As autoras debatem a centralidade das políticas de avaliação e de modelos de prestação de contas e responsabilização como mecanismo de regulação sobre o trabalho docente. Os referenciais são tratados com base na discussão sobre a escola como espaço de promoção de justiça social. Discuti ainda as tensões entre diferentes abordagens de justiça social na orientação das políticas educacionais, que vão desde a crítica à aplicação do princípio liberal de igualdade às demandas por reconhecimento e redistribuição. Estas tensões têm resultado em mudanças também na concepção de justiça escolar. Estatisticamente estudantes brasileiros não conseguem concluir o nível obrigatório de escolaridade. É, portanto, um país portador de um sistema educativo bastante elitista, no sentido de que o direito à educação em todos os níveis ainda é um alvo distante. O texto deixa claro, a presença do Estado; e os interesses do capital na formação do profissional para o mercado de trabalho.

do poder: estadual e municipal. A finalidade é a permanência do aluno na escola a “todo custo”. Preocupação global expressa pelas políticas da UNESCO³³.

A crítica à “mão invisível” do Estado na educação, às vezes vem de forma “pesada”, devemos observar mudanças significativas na política educacional, principalmente na gestão da escola básica; no projeto político-pedagógico e plano de desenvolvimento da escola (PPP- Projeto Político Pedagógico e PDE- Plano de Desenvolvimento da Escola), mesmo que estejam vinculados ao Banco Mundial, numa ideologia neoliberal, são instrumentos de organização da escola.

Como relata Marília Fonseca, consequentemente a relatividade entre as duas propostas, e suas “importâncias” no contexto de intervenção das instituições financeiras nas políticas escolares, nitidamente vislumbrando o controle na formação, não do cidadão, mas de mão de obra para o mercado, estes instrumentos, apesar de serem colocados como sistemas organizacionais, no formato de uma gestão empresarial, das instituições de ensino, nada mais são, do que formas de controle das políticas já existentes, porém ignoradas, julgando as escolas como a - históricas, como se tudo começasse do zero.³⁴

Importante ressaltar, segundo a autora, que após a promulgação da LDB (Lei nº 9.394/96), que regulamenta a Constituição Federal neste âmbito da gestão democrática; iniciou-se oficialmente na Escola a prática concreta de construção de um projeto que delineasse a proposta pedagógica, é sintomático, que PDE surja exatamente neste período com uma tentativa e de se contrapor a esse processo iniciado nas escolas.

Para Marília Fonseca o PPP propõe ação capaz de criar coletivamente a identidade da Escola, e o mais importante com a participação da comunidade. Lógico que precisam ser adaptados para um melhor controle e de acordo com as necessidades de cada região para facilitar o trabalho pedagógico. A verba destinada às escolas está vinculada a estes instrumentos, por isso a necessidade de fiscalizar, de acompanhar os procedimentos para uma distribuição justa de acordo com as necessidades de cada instituição.

Na implantação progressiva dos sistemas educacionais, é preciso criar uma agenda comum para relacionar as políticas educacionais e culturais, é a sugestão de Alfons Martinell

³³ Ver: FERREIRA, E. & OLIVEIRA, D. A. **Crise da Escola e Políticas Educativas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009, p.31.

³⁴ Ver: FONSECA, Marília. Crise da Escola e políticas educativas . In: FERREIRA ,Eliza Bertolozzi ; OLIVEIRA ,Dalila Andrade (Org). **Crise da Escola e políticas educativas**. Belo Horizonte: Autêntica Editora; 2009, p..279.

Sempere³⁵, o Estado como gestor da educação deixa clara a debilidade das políticas culturais voltadas para o popular, assunto debatido nos textos anteriores, a falta de investimento “esbarra” na tradição e nos processos de “propaganda estatal”. O autor mostra a necessidade da cultura e da educação como ferramenta da cidadania, enumerando políticas e estratégias culturais e educacionais para um sincronismo de agendas. Por exemplo, criação de público, incentivos, difusão da identidade, democratização para a política cultural e para a política educacional, o desenvolvimento de hábitos culturais, socialização, compreensão da multiculturalidade e principalmente consciência crítica.

Em resumo, a política cultural passa pela igualdade de oportunidades, acessibilidade, liberdade de escolha; estamos sempre voltando ao homem como sujeito de sua própria história.

Na Escola Estadual Felisberto Alves Carrejo, a política cultural, estava bem teorizada no Projeto Político Pedagógico, o exemplo é um projeto, já citado, que tem uma proposta muito interessante, no sentido de envolver as comunidades e gerar manifestações culturais. Mas cultura não é item prioritário na agenda do Estado. A falta de incentivo inibe iniciativas voltadas para este fim, mas ainda assim convivíamos com ações isoladas, se não era o ideal, mas havia sempre “esperança”. Não parece ser “privilégio” da Escola Estadual Felisberto Alves Carrejo, mas os agentes da educação e as comunidades seguiam “tecendo” uma história, sociabilizando e trocando experiências, o que não deixa de ser uma forma de arte, uma forma de cultura popular.

Tão importante quanto o “financiamento” da educação pelo Estado, novas formas de controle e organização das escolas é a atuação do professor como mediador, como

³⁵ Para Sempere, a implantação progressiva dos sistemas educacionais como eixo das políticas educacionais dos Estados modernos transformou-se numa das ferramentas para o desenvolvimento, mais importante deste século. Da mesma forma, a desigualdade em sua aplicação é um elemento imprescindível para analisar o fracasso das políticas de desenvolvimento da segunda metade do século XX. O sistema educacional é um elemento determinante nas diferenças entre os países do Sul e o “Norte desenvolvido”. Para o autor as políticas educacionais desenvolveram-se como políticas de Estado a partir do século XIX, mas principalmente no começo do século XX; aos poucos, porém, foram sendo acrescentadas as contribuições que desenvolveram os poderes regionais e locais como complemento ao sistema educacional oficial, de acordo com os ordenamentos de cada país. Podemos afirmar que a ação das políticas educacionais, em diferentes níveis, tem sido um dos aspectos essenciais das políticas públicas em muitos países, com grande aceitação pelo povo e um considerável consenso dentro das diferentes correntes políticas. Sempere apresenta uma análise histórica e global de educação e cultura, e a relevância da “intervenção estatal”, inclusive via propaganda; quando analisamos esses processos no Brasil notamos, a forte influência de regimes ditatoriais, ao longo do tempo, e que inviabilizou, ou no mínimo atrasou esta proposta de uma agenda comum entre as relações políticas educacionais e culturais. Ver: SEMPERE, Alfons Martinell. **As relações entre políticas culturais e políticas educacionais: para uma agenda comum**. In: COELHO, Teixeira.(org.) Cultura e educação. São Paulo: Iluminuras: Itaú Cultural, 2011.

“aprendizando” da cultura e da história de cada aluno, respeitando as potencialidades, administrando conflitos e criando fórmulas de estímulos para o interesse nos saberes coletivos. É uma tarefa árdua, mas gratificante para quem quer “formar” cidadãos conscientes de sua importância para a sociedade.

Para refletirmos sobre o lugar da criança na escola, precisamos de um olhar sobre os conceitos de Cidadania, com todas as “dimensões complementares para constituir uma Cidadania Plena”, papel de responsabilidade de uma Cidade Educadora³⁶, “Escola cidadã, Cidade educadora, coexistirão, quando existir diálogo entre Escola e Cidade”.

A prática da Cidadania requer espaço físico adequado, é preciso desconstruir o conceito de vigiar, de ter o domínio do aluno, praticando o controle e a repressão, aumentando a submissão e a dependência da Criança, é preciso respirar liberdade, literalmente, muros precisam “cair” no interior da Escola. “É nesse espaço que vive e movimenta o segmento mais frágil de todos os dominados: A Criança”³⁷.

Mudanças incomodam, perturbam nosso imaginário, nos tira da “zona de conforto”. Não temos alternativa, é nossa responsabilidade, não dependemos do poder, o diálogo, o contato, a inclusão, atitude e iniciativa. Não podemos esperar recompensa, o retorno talvez não seja para nossa geração, mas a satisfação pela “denúncia da realidade opressora e o anúncio de uma nova realidade” é a garantia de um mundo melhor, um novo amanhã. “Não pode ser realista o Educador que não é utópico.”³⁸

Tais manifestações envolvem, não só a escola, mas a comunidade, e todo o entorno, precisa tomar conhecimento, do “modus operandi” da instituição que “talha” seu filho ou filha para enfrentar todas as agruras da vida, que se projeta cruel para aqueles que sucumbem ao sistema. O estudante precisa saber cuidar deste patrimônio, é dele inclusive a responsabilidade da manutenção do prédio onde “viverá” boa parte da sua vida.

A relação entre as Escolas e as leis, incluindo os currículos, sugere uma situação de controle, exercida pelo Estado, no entanto a *Lei de Diretrizes e Bases*, no próprio título, deixa claro que são “diretrizes”, e que na verdade é uma conquista de toda comunidade escolar. Portando contém as reivindicações dos Agentes da Educação. Não são normas tão rígidas a ponto de inibir as iniciativas das comunidades escolar e local.

³⁶ Ver: GADOTTI, Moacir. **A Escola na Cidade que Educa**. In: Cadernos CENPEC, 2006, nº 1.

³⁷ Ver: LIMA, Mayumi Souza. **A Cidade e a Criança**. São Paulo: Nobel, 1989.

³⁸ Ver: FREIRE, Paulo. **Conscientização - Teoria e Prática da Libertação**. São Paulo: Centauro, 2001.

A LDB é direta quando passa a incumbência da elaboração do Plano Político Pedagógico para a direção da instituição com a colaboração dos docentes. O Artigo trás a seguinte redação: *“Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades”*³⁹. Os PPP's sempre partem desta premissa, e devem se fundamentar nesta “sugestão”.

Muito importante a questão das peculiaridades, porque se trata de pessoas, de Crianças que estão num espaço de interação, que deve promover o encontro das comunidades, uma troca de conhecimentos, um intercâmbio de histórias e memórias.

A Escola Estadual Felisberto Alves Carrejo, trabalha estas possibilidades, o seu Projeto Político Pedagógico, é baseado em uma pesquisa esclarecedora sobre a comunidade local e seu entorno, não podemos esquecer que é uma escola do Bairro Lagoinha com todos os seus paradigmas já citados no primeiro capítulo desta monografia; é uma constatação que este conhecimento da comunidade local requer um plano pedagógico condizente com as possibilidades e capacidade da comunidade escolar.

Aprofundando no que preconiza a LDB em relação ao que acontece na escola, no artigo 1º, a LDB defende que:

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º Esta lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

*§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.*⁴⁰

O artigo, fala se da abrangência da Educação, no processo formativo na vida familiar e da convivência humana, baseando na Escola Estadual Felisberto Alves Carrejo, os processos formativos e convivência humana; na maioria das vezes acontecia de “forma isolada”, sabia se pouco da Família, relativo ao seu processo formativo, porque os números da pesquisa sócio econômica, podem ser exatos, mas são muito “frios”. Para esta convivência “sugerida” na lei, faltava interação entre Escola e Família, que levaria aos movimentos sociais, ao conhecimento da organização da sociedade civil e conseqüentemente às manifestações culturais.

³⁹ BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. LDB - **Lei nº 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília : MEC, 1996.

⁴⁰ BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. LDB - **Lei nº 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília : MEC, 1996. Art.1º §1,2.

Neste mesmo Artigo no parágrafo 2º, incomoda a referência da educação escolar ao “mundo do trabalho”, não podemos vincular ao “mercado de trabalho” neste caso deve existir a interação com a prática social. O que esperamos da escola é a formação do cidadão consciente capaz fazer do trabalho uma fonte de renda, sem a exploração capitalista da mão de obra.

A LDB defende a Educação como “dever” da família, mais que outra redação do texto, uma prática, a educação como, “direito” da família, poderia ser dever, mais acima de tudo, direito, e além de dever do Estado, “responsabilidade” do Estado, no sentido da lei ser cumprida literalmente, na prática. Como está previsto na LDB, “inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania”; e esta ênfase na “qualificação para o trabalho”, parece contradizer o que é dito no mesmo artigo sobre “princípios de liberdade”, muito em função do tipo de mão de obra que o “mercado” espera destes educandos.

Nesse contexto da Escola Estadual Felisberto Alves Carrejo, na elaboração do PPP, uma pesquisa mostra a comunidade bastante diversificada em relação às “ocupações profissionais”, esta comunidade seria já oriunda deste tipo de “qualificação”; vítimas da meritocracia, desrespeitando a lei no artigo 3º, que versa sobre a “igualdade de condições para o acesso e permanência na Escola”? Igualdade de condições é bastante contestado e requer melhor avaliação.

A LDB perpassa pelos caminhos desejados pela comunidade escolar, no entanto, assim como na “formação para o trabalho”, incomoda também o “apreço à tolerância”, parece muito com “suportar”, e não aceitar, respeitar a diversidade do “outro”.

Vinculando o Artigo 12 e 13 da LDB sobre a Organização da Educação Nacional a organização da Escola Estadual Felisberto Alves Carrejo sobre a elaboração da proposta pedagógica, realmente é muito importante, na Escola Estadual Felisberto Alves Carrejo, a proposta pedagógica apresentada no PPP, era de grande abrangência, envolvia além da comunidade escolar a comunidade local.

A pesquisa empreendida junto as comunidades trazia informações fundamentais, que permitiam criar projetos de alto impacto, que se colocados em prática prestariam serviços significativos, tanto para escola como para a comunidade. Porém a Escola Estadual Felisberto Alves Carrejo passava por um processo de mudança de bairro, conforme discutido no primeiro capítulo desta monografia.

Nestes Artigos a LDB incumbe o estabelecimento, assim como o docente criar estratégias de interação entre as comunidades, maior participação dos pais, que sem dúvida é um grande passo para a solução dos entraves que assolam a comunidade escolar e local, incluindo a recuperação de alunos com “baixo rendimento”, com estratégias que não visem apenas às exigências das instituições financeiras, que investem na já referida mão de obra para o mercado capitalista, mas uma proposta que tenha em vista a diversidade e a individualidade de cada ser humano. Como está escrito no Artigo 14, “Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades, ”peculiaridade” é um conceito amplo, requer além do “feeling” do professor, acompanhamento especializado, se necessário pessoalmente, caso a caso.

Pela experiência vivida nos Estágios Supervisionados; na Escola Estadual Felisberto Alves Carrejo as matrizes Indígena e Africana, é necessário um pouco mais de atenção, fugindo do padrão do livro didático, algumas temáticas poderiam partir da criatividade dos professores. Neste período do estágio, deu para notar que são capazes para tal. Quanto a matriz europeia, é um tema “aparentemente desgastado”, mas quem sabe, num olhar que valorize outras experiências, reforçado na interdisciplinaridade.

Sobre o que prevê o artigo 33 a respeito do ensino religioso, é um tema bastante espinhoso, mas que não pode deixar de ser debatido, e mais do que nunca envolvendo o máximo de “sujeitos” possíveis. “Aparentemente” não faria falta à formação do educando, visto que as religiões de um “modo geral”, pregam ou estimulam um determinismo que prevê a salvação do fiel, é preocupante este contra-senso na formação da criança, quando se busca estimular uma consciência crítica e questionadora; este “apaziguamento das almas” tenderia para uma acomodação e uma passividade no tratamento dos conflitos e mudanças no âmbito das comunidades.

Os profissionais da Escola Estadual Felisberto Alves Carrejo apresentam uma proposta, que desconstrói os conceitos impregnados de violência e uso de drogas no entorno; isto é mostrado pela pesquisa sócio – econômica, “o lagoinha é habitado por gente “normal”, também”, com este levantamento a proposta pedagógica vai além do conteúdo curricular. Durante a pesquisa questionou-se junto a comunidade “de quem é a responsabilidade da Educação?”, “o que a comunidade entende por educação?”, “qual a participação dessa comunidade com relação as questões políticas?”⁴¹

⁴¹ PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA ESTADUAL FELISBERTO ALVES CARREJO. Uberlândia- MG. 2012, P.06.

Este diálogo propõe o resgate da ideia de comunidade, ideia esta, totalmente desvalorizada nos anos de ditadura civil militar (1964); onde se propagava a ideia de uma comunidade “sem conflitos ou contradições, procurando sempre colocar a viabilidade do ideal de uma sociedade harmônica, com oportunidades iguais para todos, mascarando as verdadeiras contradições do social”⁴².

É muito abrangente o conceito de comunidade, mas mesmo, no caso em questão que nos atemos à comunidade escolar e local da Escola Estadual Felisberto Alves Carrejo, é notório que as comunidades de um modo geral, perderam muito em significado para sociedade, o pós-ditadura, já citado, o advento do neoliberalismo, “produz” sujeitos extremamente individualistas, muito direcionados para as ações capitalistas numa educação meritocrática. O resultado desta conjuntura é uma comunidade escolar fragmentada, que se isola da sociedade, com alunos cada vez mais passivos, e o ensino cada vez mais conteudista. Esta fragmentação impede, não por acaso, a não interação das comunidades, e até mesmo entre os próprios atores no âmbito da instituição.

Esta situação faz surgir os agentes “salvacionistas”, que na mesma proporção que ajudam, desviam do verdadeiro norte da proposta de interação, quando a LDB, legisla em favor das peculiaridades, sugere uma convivência respeitando as individualidades, num universo repleto de diversidades; as ações isoladas restringem para grupos menores, conhecimentos e iniciativas que deveriam ser interdisciplinares,

“característica de escola *fragmentada*, segmentada, passiva, isolada da sociedade, conteudista, constituída por relações hierárquicas (na qual o aluno é a parte que tem que respeitar mas que não tem que ser respeitado); forma o cidadão que temos hoje. Podemos traçar um paralelo entre a escola e uma linha de produção de uma fábrica”.⁴³

O valor da comunidade precisa, mais que nunca, ser debatido, resgatado em prol da educação que vivenciamos neste século XXI, uma educação subjugada pelo poder público e pelas elites desinteressadas na formação de cidadãos com consciência crítica, e uma escola politizada, são termos recorrentes e porque não dizer repetitivos, mas esta é arma do opressor, mentiras repetidas à exaustão, para atingir um senso comum, para reforçar um discurso

⁴² FENELON, Déa Ribeiro. **A formação do profissional de história e realidade do Ensino (1982)**, Conferência pronunciada no XI Simpósio Nacional da ANPUH, João Pessoa, PB.

⁴³ Ver: MOSÉ, Viviane. **O homem que sabe, do homo sapiens à crise da razão**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. P.191.

alienante, neoliberal e excludente, para justificar a “política golpista”, e nacionalista, como convêm ao mundo capitalista globalizado.

Este resgate do sentido de comunidade, conseqüentemente restituirá um “sentido de vida” para um cidadão sem perspectivas a curto, médio e longo prazo.

O Plano Pedagógico da Escola Estadual Felisberto Alves Carrejo⁴⁴, tem como uma de suas referências bibliográficas o educador Paulo Freire, mais especificamente cita a obra *Pedagogia da Autonomia*⁴⁵ que valoriza sobremaneira a elaboração do PPP, é um alento, em meio a tantos ataques à Educação Brasileira, desde corte de verba, via *PECs*, *Escola sem partido*, *reformas no Ensino Médio*, e o *Golpe*⁴⁶ propriamente dito.

Paulo Freire é um expoente máximo da educação brasileira, talvez pouco valorizado pelas próprias instituições de ensino, que muitas vezes colocam em prática suas pedagogias sem a justa referência, este “esquecimento”, também não é por acaso, faz parte “daquela conjuntura”, arquitetada pelo regime militar. “Freire elaborou uma teoria, como ele mesmo preferia dizer: ‘uma certa compreensão ético-crítico-política da Educação’, que tem como uma de suas bases o diálogo que possibilita a conscientização com o objetivo de formar cidadãos da práxis progressista, transformadores da ordem social, econômica e política injusta.”⁴⁷

As Pedagogias Freireanas, são fundamentais em vários aspectos da educação, mas quando tratamos do espaço, ambiente e comunidade, na formação da criança, é primordial,

⁴⁴ PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA ESTADUAL FELISBERTO ALVES CARREJO. Uberlândia- MG. 2012,p.12.

⁴⁵ FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. São Paulo; Paz e Terra, 1996.

⁴⁶ A partir do Impeachment da Presidente da República Dilma Rousseff em 17/04/2016, um ato, no mínimo arbitrário; para boa parte da opinião pública e também para os especialistas em legislação, ficou caracterizado “um golpe”, deslegitimando o voto popular, que levou ao poder a candidata do Partido dos Trabalhadores. A partir deste evento, algumas iniciativas do “novo governo”, atingiram diretamente a educação. A educação já tão fragilizada pelos governos neoliberais se via agora, na mira da Proposta de emenda constitucional (PEC 241-Câmara dos Deputados, PEC 55 – Senado), que cria um teto para os gastos públicos e congela as despesas do Governo Federal, com cifras corrigidas pela inflação, por até 20 anos; que comprovadamente reduzirá as verbas destinadas à educação. Outro golpe nefasto é a tentativa de aprovação do “*projeto escola sem partido*” - *projeto de lei 193/2016*, uma tentativa, descabida de “censurar” o comportamento de professores em sala de aula, com o intuito de despolitizar a escola e evitar a formação de cidadãos dotados de consciência crítica. Não satisfeitos, a propaganda estatal bombardeia o cidadão, via mídias coniventes e tendenciosas, propondo uma *reforma no Ensino Médio*, *Medida Provisória Nº 746, de 22 de setembro de 2016*, aplicando um golpe já utilizado desde o regime militar, atingindo diretamente a área de humanas, onde as reflexões críticas são gestadas. E o *Plano Nacional de Educação (2014/2024)*, caiu no “golpe do esquecimento”; o que ainda falta para o nocaute da Educação, e conseqüentemente do Brasil?

⁴⁷ FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. São Paulo; Paz e Terra, 1996. Contracapa da Edição de 2011.

essencial; Paulo Freire é referência na alfabetização para a libertação, uma leitura de mundo antes das letras, defende a troca de saberes, preceito básico neste tripé que envolve além da comunidade, o ensino e uma comunicação de “mão dupla”; que valoriza e acima de tudo recupera o valor da comunidade, na verdade as comunidades jamais perderam seus valores, as circunstâncias é que por muitas vezes lhe impuseram a “lei da mordação”.

No Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Felisberto Alves Carrejo é importante frisar o registro da preocupação com o espaço oferecido:

“...todos que aqui se encontram possuem o mesmo propósito dos primórdios desta instituição de ensino, proporcionar um local aconchegante e que seja capaz de conduzir nossos alunos à prática da Cidadania, não esquecendo nunca do desenvolvimento do ensino – aprendizagem de cada uma de nossas crianças e adolescentes. Com uma visão sócia construtiva percebemos que as novas implementações educacionais causam deleite nas pessoas que aqui adentram.”⁴⁸

A Escola é um espaço de sociabilidade, fator que não pode passar despercebido pelos envolvidos na formação, é algo nobre e fundamental, para o crescimento da criança enquanto “Sujeito” fazedor da sua própria história. Para além dos conhecimentos curriculares, forma-se uma corrente de trocas de conhecimentos e memórias pessoais, que por muitas vezes, são transmitidas na sala de aula, e muitas vezes também; sem muita ressonância junto aos Educadores, perdemos aí uma grande oportunidade de ouvir e apreender saberes tão enriquecedores em nível de gente.

“...discutir com os alunos a razão de ser de alguns desses saberes em relação com o ensino dos conteúdos. Por que não aproveitar a experiência que têm os alunos de viver em áreas da cidade descuidadas pelo poder público, para discutir a poluição dos riachos e dos córregos e os baixos níveis de bem-estar das populações, os lixões e os riscos que oferecem à saúde das gentes.”⁴⁹

É neste espaço, neste ambiente, que a criança se identifica como pessoa, existe ali seu registro, pessoas se importam com ela, se tornam “visíveis”, desenvolvem um pertencimento a este meio, nem sempre a convivência fora da comunidade escolar, oferece a oportunidade das trocas de memórias, das brincadeiras, da merenda, e infelizmente a segurança, que as ruas já não proporcionam há muito tempo e o que a princípio se coloca como obrigação se torna uma

⁴⁸ PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA ESTADUAL FELISBERTO ALVES CARREJO. Uberlândia- MG. 2012,p.04.

⁴⁹ Ver: FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. São Paulo; Paz e Terra, 1996. Contracapa da Edição de 2011, p.31.

convivência prazerosa, os agentes da educação precisam focar tênue linha que divide estas contradições.

A Escola Estadual Felisberto Alves Carrejo, apresenta em seu PPP um projeto exemplar, que poderia e deveria ser realizado inclusive com menor espaço de tempo, já que a proposta prevê eventos apenas três vezes ao ano, o que reforçaria a sociabilidade descrita no parágrafo anterior:

<i>Nome do projeto:</i> Encontro Comunitário (Ação Global). ⁵⁰
<i>Objetivo Central:</i> Propiciar a integração Escola-Comunidade, dentro de uma perspectiva dialógica de relacionamento.
<i>Descrição:</i> São promovidos três grandes eventos no decorrer do ano (maio, setembro e novembro), geralmente sábados letivos com temas e ações de interesse da comunidade: palestras, oficinas, grupos de estudo, apresentações artístico-culturais.
<i>Turmas participantes:</i> Manhã 6º, 7º, 8º e 9º ano. / Tarde 1º ao 5º ano.
<i>Resultados alcançados (ou que se pretende alcançar):</i> Aproximar a família da escola e consequentemente integrar a escola com a família, desenvolvendo uma comunicação mais clara, interativa, sob a perspectiva da dialética e agindo dentro da comunidade.
<i>Profissionais Responsáveis pela execução do projeto:</i> Direção e equipe Pedagógica; Representantes de turma; Conselho Escolar.

Realmente é o que prevê a LDB, uma necessidade para as comunidades escolar e local e uma iniciativa envolvente no tocante a ideia de arte e cultura. São atividades que não podem faltar, como complemento curricular; quantos talentos surgiram nas escolas, oriundos do entorno, incluindo aí modalidades esportivas também. Escola Estadual Felisberto Alves Carrejo, passava por um momento de transição, mudança de bairro, que dificultava temporariamente a execução do projeto.

⁵⁰ PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA ESTADUAL FELISBERTO ALVES CARREJO. Uberlândia- MG. 2012,p.10.

2.2 Os sujeitos e a conjuntura na formação da criança:

Muitos são os sujeitos envolvidos com a formação da criança no Brasil, partindo da LDB, notamos que é uma legislação gestada dentro da Câmara dos Deputados, são pessoas que de uma forma ou de outra foram eleitos democraticamente, pelo povo. Partindo deste pressuposto, estão envolvidos diretamente com a formação da criança, estariam envolvidos e com poder de veto, a autoridade máxima do país, o Presidente e o Ministro da Educação.

Como é de praxe um sistema de leis tão abrangente, e de tamanha importância passou por uma consulta popular, como convém a aprovação de uma legislação, de tamanha responsabilidade. Importante dizer que a comunidade escolar é o artífice principal deste processo.

Podemos dizer então que o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, através de seus representantes são sujeitos diretamente envolvidos na formação da criança no Brasil, claro que as instâncias menores, como a Unidade Federativa e o Município, estão no processo. E devemos elencar também a Universidade, que através de seus dispositivos leva às escolas uma visão acadêmica para os ensinos de base, cabe um debate, sobre um maior envolvimento.

Capítulo a parte, a Família, é o embrião de tudo, enquanto envolvimento com a formação da Criança, porém como foi a formação dos componentes das Famílias? Mas isto não impede de serem sujeitos “responsáveis” na formação da Criança, independente da sua formação de origem.

Trazendo este envolvimento para a Escola Estadual Felisberto Alves Carrejo, convivemos com os mesmos atores citados anteriormente, que em sua maioria é apenas parte de uma estrutura, arquitetada por uma organização que está alheia às responsabilidades na formação de cidadãos conscientes e com capacidade crítica.

Convivemos com sujeitos em “carne e osso” nas suas lutas, são tantas as etapas, vivem entre a “cruz e espada”, as leis que os protegem, são as mesmas que os punem: a comunidade chamada a participar do processo de formação da criança são as famílias carentes de valores,

inclusive financeiros. Alerta para um sujeito muito atuante que se faz representar nas elites governantes e que os filhos, são sujeitos de uma escola privada e não passam pelas mazelas da Escola Pública.

Mas a escola pública, inclusive a Escola Estadual Felisberto Alves Carrejo, busca uma formação adequada para o principal sujeito envolvido na formação, a própria criança, que é capaz de ser o Sujeito da sua própria história.

A partir das leituras dos livros e textos, indicados pela orientadora, Marta Emísia, me intrigava a questão do espaço físico e do ambiente, na formação da criança. Até então, mesmo durante os Estágios Supervisionados, tinha uma visão naturalizada da arquitetura dos prédios escolares. Muito focada nas estruturas arquitetônicas, porém mais interiorizada para a sala de aula propriamente dita. Questionando a partir daí a conservação de carteiras, mesas, quadro negro, iluminação, janelas amplas e mesmo a pintura das paredes, querendo crer que sala bem conservada seria, se não o bastante, mas um quesito fundamental.

A sala de aula bem conservada é realmente muito importante, mas a instituição na sua totalidade fazia parte do ensino; o ambiente físico e “psicológico” da escola facilita a compreensão do seu espaço e do seu “lugar social”, “respirar liberdade” naquele cotidiano; onde o aluno é avaliado por todos os comportamentos, que vão além da sala de aula e não só em testes para comprovar a compreensão do conteúdo didático, certamente seria menos angustiante.

Partindo da vivência na Escola Estadual Felisberto Alves Carrejo, era visível esta necessidade de um remanejamento, se não da “alvenaria” em si, mas na forma de utilizar a arquitetura já existente. Poderia ser melhor aproveitamento da Biblioteca, da sala de informática, e até mesmo a ideia de “Recreio orientado” que já era um projeto da escola, que consistia em “orientar o aluno a respeitar normas pré estabelecidas, de forma que não seja impositiva, com o senso de responsabilidade; em relação à limpeza e conservação da Escola.”⁵¹ São iniciativas que “quebram” o sentido de rigidez do dia a dia escolar.

Estas propostas vão de encontro com o exposto no artigo de Moacir Gadotti, “A escola na cidade que educa”. Que se inicia com uma citação de Paulo Freire: “Enquanto educadora, a

⁵¹ PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA ESTADUAL FELISBERTO ALVES CARREJO. Uberlândia- MG. 2012,p.09.

Cidade é também educanda”, e na sequência a questão: “Pode a Cidade educar?”⁵² Neste contexto, de macro para micro, foi importante esta relação da Cidade / Escola.

Outra referência fundamental da bibliografia indicada para a construção das questões que priorizei nas entrevistas, é o trabalho da arquiteta Mayumi Souza Lima, “A Cidade e a Criança”, de 1989. Foi importante neste texto as referências sobre as construções de escolas, como meras “realizações políticas”, obras a “toque de caixa”, visando conquistas eleitoreiras, neste contexto a autora faz referências também às ideologias capitalistas e as influências da “elite dominante” e aos anos de ditadura militar, com grande influência negativa para educação brasileira⁵³.

O tema comunidade escolar e local é debatido em todas as instâncias do ensino, em nível Municipal e Federal, assim como no Estadual, que aprofundamos um pouco mais em função da Escola Estadual Felisberto Alves Carrejo. Em entrevistas realizadas para esta Monografia, algumas respostas, definem em que patamar se desenvolveu este debate.

No ano de 2016, entrevistei a professora Heliene Rosa da Costa⁵⁴, professora formadora de Língua Portuguesa e suas Literaturas Núcleo das Linguagens/Cemepe 2016, Estudante da Pós-Graduação (Doutorado) em Estudos Literários PGLET / UFU.

As perguntas objetivavam uma atualização das pesquisas realizadas pelos autores citados, e trazendo também a opinião de profissionais atuantes e em pleno exercício de suas funções, em cargos que condizem com o debate proposto, facilitando assim a exposição de seus pareceres. Salientado que, a partir daí teremos ideias de pessoas atuantes em outras instancias, municipal e federal. As respostas surpreendem mais pelo lado positivo, e são projetos bastante promissores, envolvendo a comunidade local e escolar.

Por se tratar de profissionais da área e muito envolvidas no processo de educação, inclusive com pós- graduação nos temas propostos foi de fácil aceitação. Uma convergência de ideias, e podemos avaliar que as dificuldades são comuns em todos os níveis, Municipal, Estadual e Federal, mas é preciso ressaltar a importância das iniciativas em andamentos; não só cumprindo o que a LDB preconiza, mas usando a criatividade que é a grande mola propulsora para enfrentar as crises, políticas, econômicas, e as “fogueiras da vaidade” que

⁵² GADOTTI, Moacir. **A Escola na Cidade que Educa**. In: Cadernos CENPEC, 2006, nº 1, p.133

⁵³ LIMA, Mayumi Souza. *A Cidade e a Criança*. São Paulo: Nobel, 1989,

⁵⁴ As entrevistas foram realizadas através de questionário enviado por email, e respondidos da mesma maneira.

instigam algumas ações individualistas. A partir destes diálogos as questões fluíram com algumas indagações “tendenciosas” que as entrevistadas se encarregaram de “corrigir”:

A primeira questão teve como objetivo promover um “encontro” entre as comunidades escolar e local, e a partir deste diálogo originar uma convivência, capaz de transformar o espaço e por consequência, o ambiente.

Questionando a interação das comunidades escolar e local, a professora Heliene se posicionou da seguinte maneira:

Sebastião: Pensando nossa cidade, dita educadora, num olhar “de dentro da Escola”, podemos vislumbrar uma “transformação do lugar” a partir da interação da Criança e da Comunidade?

Heliene: Há projetos na Rede Municipal de Ensino para estimular a participação das famílias na vida escolar das crianças e dos adolescentes. Um exemplo é o Projeto Família Sou Fã: <http://cemepe.ntecemepe.com/noticias/projetopublicalivro>, que acontece numa parceria entre a Prefeitura Municipal de Uberlândia (Secretaria Municipal de Educação/Cemepe) e o Ministério Público, promovendo palestras e eventos nas escolas municipais com as famílias e discutindo temas relevantes para a comunidade escolar, com foco no envolvimento da família no processo educativo⁵⁵.

Já a psicóloga Carolina, mestra em psicologia infantil pela Unicamp, atua na ESEBA, instituição de ensino federal de nível básico conveniado à Universidade Federal de Uberlândia, deu a seguinte resposta para a mesma pergunta:

“O ambiente se modifica a partir das relações estabelecidas e das propostas desejadas. Por exemplo, se é pensada uma atividade para receber a comunidade escolar, como gincana ou festa junina, a disposição do espaço é reorganizada, de modo que possa receber as pessoas. Para além de mudanças espaciais, há também mudanças na cultura da instituição na medida em que se prioriza valorizar as produções das crianças, suas formas de expressão, comunicação e a presença das famílias como colaboradores no processo de desenvolvimento das crianças”.⁵⁶

Sebastião: A Escola é um lugar possível de ser transformado pelas pessoas que convivem neste ambiente, mesmo se tratando de um “espaço de poder”, que imaginamos instrumento de dominação?

⁵⁵ Heliene Rosa da Costa, Professora Formadora Língua Portuguesa e suas Literaturas Núcleo das Linguagens/Cemepe 2016, Estudante da Pós-Graduação (Doutorado) em Estudos Literários PGLET / UFU. Contato durante curso de extensão promovido pelo Instituto de Letras e Linguísticas, Universidade Federal de Uberlândia, Relações Étnicas Raciais, setembro, 2016. Entrevista realizada via email, solicitada em 25/10/2016, respostas em 27/10/2016.

⁵⁶ Carolina Nascimento Dias, graduada em psicologia pela Universidade Federal de Uberlândia, com mestrado em psicologia da educação infantil pela Unicamp, atua na ESEBA, instituição de ensino federal de nível básico conveniado a Universidade Federal de Uberlândia. Entrevista realizada via email, solicitada em 25/10/2016, respostas em 18/11/2016.

*Carolina: Sim, acredito que as pessoas transformam os espaços que ocupam. Embora a escola seja regida por políticas públicas e deva atender diretrizes propostas pelos órgãos superiores, como o Ministério da Educação, a construção do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola é feita pelo coletivo dos profissionais que nela atua. Nesse sentido, se o PPP pressupõe uma educação crítica que considera a pluralidade e as aspirações dos estudantes e da comunidade, é possível pensar em relações horizontais de trocas e de solidariedade no contexto escolar.*⁵⁷

Sebastião: A Escola é um lugar possível de ser transformado pelas pessoas que convivem neste ambiente, mesmo se tratando de um “espaço de poder”, que imaginamos instrumento de dominação?

*Heliene: Sim. E percebemos que muita coisa tem sido feita, embora o problema persista. Muitos profissionais trabalham numa perspectiva crítica, de forma a favorecer a compreensão dos estudantes sobre a forma como atuam algumas estruturas de poder no interior das escolas. Ouvir os estudantes e os professores e apoiá-los em suas demandas é muito importante para a transformação desse estado de coisas. Acolher o aluno em suas especificidades (conhecimento prévio, condição econômica e social, etnia, questões de gênero, timidez, problemas familiares, dificuldades de relacionamento com colegas e professores, situações de bullying, violência doméstica, privações materiais e/ou afetivas; violência sexual, drogadição) e fazer da escola um ambiente acolhedor de crescimento intelectual, psicológico e afetivo é muito importante para garantir essa transformação a respeito da qual você tece considerações... Muitos profissionais ainda desconhecem a legislação e, muitas vezes, mesmo que as redes ofereçam, eles não participam das formações.*⁵⁸

Para além das concepções de sistemas de ensino oferecidos pelas diversas instâncias de governo – municipal, estadual e federal – é importante ter pelo menos uma noção de “Escola Alternativa”, com referências no livro *Escola em Movimento*, que relata 18 anos de vida de uma escola brasileira dirigida pelos trabalhadores, o Instituto de Educação Josué de Castro (IEJC), fundada em 1955, em Veranópolis RS, pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Mais que um conceito de comunidade, trabalha suas finalidades formativas ampliadas dando ênfase a

“Coletividade: Está na base de nossa concepção de gestão a aposta educativa na construção da coletividade, como forma privilegiada de educação das pessoas. A diretividade pedagógica principal está focada no desenvolvimento da coletividade, como mediação necessária para a educação ou reeducação das personalidades.”⁵⁹

⁵⁷ Carolina Nascimento Dias. Entrevista realizada via e-mail, solicitada em 25/10/2016, respostas em 18/11/2016.

⁵⁸ Heliene Rosa da Costa. Entrevista realizada via e-mail, solicitada em 25/10/2016, respostas em 27/11/2016.

⁵⁹ Ver: SALETE, Roseli. **Escola Em Movimento** - Instituto de Educação Josué de Castro, Caldart, São Paulo: Expressão Popular, 2013.

É notório que as comunidades ou coletividades; num sentido mais abrangente estão diretamente ligadas à educação: a comunidade escolar é estéril sem a comunidade local. É uma “parceria” que incomoda as elites e o poder, para estes agentes que de uma forma ou de outra exercem influência na formação da criança, não apoiam uma “concepção libertadora” que questiona esta conjuntura opressora; mas a escola, mesmo sobrecarregada e acumulando funções, criam trincheiras pedagógicas e usa as “brechas” da lei para fazer da instituição de ensino um espaço de mudar, através de cidadãos criticamente conscientes e politizados.

A Escola Estadual Felisberto Alves Carrejo, cumpre seu papel nesta árdua empreitada, tem um histórico de envolvimento comunitário, como já mencionado. Aberta a uma geração de profissionais com uma formação mais flexível, distanciada de uma geração pós – ditadura; renovam e multiplicam saberes; focados na democracia das propostas pedagógicas, ouvindo o educando, abrindo um leque de possibilidades para um diálogo enriquecedor, capaz de construir novos conceitos de educação, “um trabalho de formiguinhas” que tende a crescer exponencialmente.

A Academia é parte fundamental do processo, quando questionamos o que há de novo neste enfrentamento com as “forças desagregadora” do conhecimento crítico, o espaço e o ambiente, mirado até utopicamente, requer uma aproximação da Universidade; além dos profissionais forjados nos ideais do PNE 2014, existe uma lacuna a ser preenchida por graduandos e docentes que podem pensar iniciativas para além do Estágio e do PIBID. A comunidade universitária poderia se juntar as comunidades escolar e local.

A questão do espaço e do ambiente no âmbito da escola, é um fator, que por várias décadas não foram motivos de preocupação para os agentes da educação, no entanto com o passar dos anos estas transformações, muito lentamente, foram tomando forma e comprovadamente, estas mudanças influíam sim na formação da criança. É importante para a instituição ter um espaço de convivência e interação entre as comunidades escolar e local.

Neste trabalho, durante as observações e regências, na Escola Estadual Felisberto Alves Carrejo, o espaço e o ambiente disponíveis, não eram ocupados da melhor forma, no sentido de oferecer aos alunos o conforto necessário. Mas para além da comunidade escolar, promover a adequação destes espaços para receber a comunidade local. A partir desta constatação, também baseado em bibliografias sobre o tema, pessoas de outras instituições e

instâncias diferentes, contribuíram para o enriquecimento da pesquisa, via entrevistas realizadas por mensagens eletrônicas (email).

Quando se questiona o espaço e o ambiente, temos que pensar também a cidade como um espaço para a educação, como uma extensão da comunidade, oferecendo ambientes propícios para uma convivência integrada, estas iniciativas podem transformar espaços e lugares é importante no sentido do diálogo entre sujeitos e entre comunidades. Dentro destas perspectivas notamos que os lugares são construídos e transformados por pessoas, a partir do convívio. A rede municipal tem projetos para estimular as famílias a participar da vida escolar, inclusive promovendo palestras e eventos para debates de temas relevantes para as comunidades.

Às vezes se questiona até que ponto o Estado pode influir, nas iniciativas da escola, visto que a instituição é “controlada” pelos governos, mas na verdade as leis são diretrizes, e os planos pedagógicos são trabalhados a partir das peculiaridades das comunidades e dos sujeitos nas suas diversidades; e sempre norteando pelo coletivo dos profissionais e das representações locais.

A escola deve formar cidadão críticos, o Estado deve apoiar estas iniciativas, porque um cidadão crítico é capaz de formar um Estado forte, mas governar nos princípios da democracia; fora desta proposta o cidadão será apenas um oprimido, condenado a servidão voluntária. O conhecimento crítico é libertador. É preciso compartilhar este conhecimento com a criança, envolvê-la nas questões da escola.

É preciso acreditar na capacidade de discernimento da criança, ela é capaz de se sentir representada na sua comunidade, a sociabilidade é fundamental, a partir das trocas de experiências, padrões de referências, diversidade cultural. Promove a autonomia, a criança é naturalmente questionadora, são as perguntas que *mudam o mundo*, para isto não tem idade.

Mas ainda é questionável os espaços propiciados pela arquitetura das escolas, até que ponto se analisa a construção de um imóvel, destinado ao ensino; conseguem pensar um espaço lúdico, colorido, respeitando o meio ambiente, priorizando um diálogo com o entorno e a sua cultura, trazendo os atores locais para o debate.

Uma obra para a comunidade abraçada por ela, só assim despertaria o sentido de preservação. Podemos dizer que as edificações escolares até a década de 1960, eram até

suntuosas, imponentes, o detalhe é que as escolas eram muito centralizadas, atendiam uma classe e seus privilégios, as escolas públicas tinham a qualidade que “eles” exigiam.

A trajetória da Escola Estadual Felisberto Alves Carrejo, sempre foi de edificações simples, até mesmo no Bairro Lagoinha, uma obra relativamente nova, mas “condizente” com as possibilidades orçamentárias de cada governo, que nem sempre primava pelo conforto dos futuros “ocupantes”.

O espaço e o ambiente são preocupação de todas as instâncias, e da maioria dos sujeitos envolvidos, que não estão esperando o aval dos poderes, estão agindo e criando formas de convivência, valorizando os espaços disponíveis, mas é preciso ouvir a criança, ouvir inclusive o seu silêncio. Muitas das iniciativas incomodam, porque questionam o Estado, as religiões, e até a própria família; promover o diálogo é a saída, a escola precisa de apoio, e às vezes é preciso cobrar: do Estado o investimento financeiro, das famílias participação e comprometimento.

Considerações finais

Este trabalho focou prioritariamente o Ensino Fundamental, é neste estágio que se encontra o elo mais frágil e mais importante desta cadeia do conhecimento transformador: **a criança**. É o começo da jornada rumo a um mundo mais justo e humanizado, é a partir desta base que todas precisam ser formadas, munidas de saberes e respaldadas com oportunidades iguais respeitando suas peculiaridades.

É sabido que o Ensino Fundamental “abriga” alunos e alunas que “socialmente” são considerados adolescentes, no entanto seria muito importante que cultivássemos a criança dentro de cada um, para que não perdêssemos este referencial da troca de afetividade, algo que o adolescente vai perdendo em função da conjuntura de cooptação pelos valores capitalistas.

Definitivamente, não é tarefa fácil, mas não é uma “missão impossível”. Quem tem a capacidade de olhar criticamente nossa estrutura econômica, política e social, sabe que esta balbúrdia generalizada que o país se encontra não começou hoje e não acontece por acaso, o discurso de todas as crises são subterfúgios para a manutenção deste modelo capitalista excludente e alienante. Se hoje somos pessoas passivas e cordatas devemos ao nosso ensino básico, ministrado convenientemente, desde a instituição da ditadura civil militar.

Mas felizmente é possível esperar, durante as pesquisas e convivências para a elaboração deste trabalho monográfico ficou claro, existem pessoas trabalhando com muito empenho e principalmente com respeito na formação da criança. A Escola Estadual Felisberto Alves Carrejo é um exemplo, os planos de ação estão no PPP, quando aplicados tem impactos relevantes.

Uma proposta de diálogo entre educadores e educandos, a interação entre comunidades escolar e local, envolvendo a cidade enquanto entidade que também educa, é vista como utopia, talvez pelo senso comum, que essa comunhão de sujeitos está acima do conflito, é uma análise muito rasa das possibilidades do ser humano. É no conflito que as pessoas crescem, é no debate que ampliamos o conhecimento na troca de saberes, e assim forjamos nossa história e nossa identidade.

Só com o envolvimento e comprometimento dos diversos sujeitos das comunidades será possível empreender uma mudança significativa na forma de olhar para a criança, quebrar o paradigma da escola como “depositária” única dos conteúdos curriculares, conteúdos estes que servem a uma conjuntura dominadora e elitizada, a quem interessa esta concepção.

Não passa por este modelo o processo de mudanças para um mundo melhor, passa pela conscientização de que a escola é a maior agregadora de valores, é na escola que está a oportunidade da convivência com a diversidade, são seres humanos ávidos pelo saber, mas um saber político transformador, esta ação extrapola a sala de aula, vai para o pátio e magnetiza toda a comunidade, com todo o seu conhecimento histórico, do seu lugar, que é o princípio de tudo.

Se aceitarmos discurso fatalista neoliberal que proclama, por exemplo, ser o desemprego no mundo uma desgraça do século, além de ver na globalização da economia, um destino que não pode ser evitado, uma quase entidade metafísica, seremos engolidos pelo sistema.

Paulo Freire questiona, “como nivelar economias tão dispares mundo afora? Assim são tratadas as pessoas em suas comunidades, com estímulos à busca de equiparação com classes abastadas, mas com oportunidades muito aquém. É o saber e o entendimento do mundo que levará à libertação. Há um século e meio, Marx e Engels, gritavam em favor da união das classes trabalhadoras do mundo contra sua espoliação. Agora, necessária e urgente se fazem a união e a rebelião das gentes contra a ameaça que nos atinge, a da negação de nós mesmos como seres humanos, submetidos a fereza da “ética” do mercado.”⁶⁰

A partir da consciência da nossa incompletude, podemos trabalhar na construção do “Ser mais”, uma busca incessante, sem tréguas, por que à espreita está o opressor, a libertação é só uma batalha desta luta, cheia de obstáculos, que nos leva à “situação limite” a ser transposta na invenção do “inédito viável”. Voltando à nossa principal preocupação: **a criança**, tem a oportunidade de transpor estas barreiras com menos dificuldades, se proporcionarmos a ela um ensino realmente “fundamental”.

⁶⁰ FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. São Paulo; Paz e Terra, 1996.

Fontes

Documentos da Escola Estadual Felisberto Alves Carrejo

HISTÓRICO ESCOLAR DA ESCOLA ESTADUAL FELISBERTO ALVES CARREJO. Uberlândia- MG. 28 de Agosto de 1964.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA ESTADUAL FELISBERTO ALVES CARREJO. Uberlândia- MG. 2012.

Avaliação diagnóstica sobre a situação sócio - econômica e cultural. In: PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA ESTADUAL FELISBERTO ALVES CARREJO. Uberlândia- MG. 2012.

Legislação

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. LDB - **Lei nº 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.**

BRASIL. [Plano Nacional de Educação (PNE)]. Plano Nacional de Educação 2014-2024 [recurso eletrônico] **Lei nº 13.005**, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. – Brasília :Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.

Fotografias

Imagem 01: Entrada/ Secretaria da escola. Arquivo pessoal.

Imagem 02: Entrada da biblioteca e armários com documentos da escola. Arquivo pessoal.

Imagem 03: Entrada do condomínio. Arquivo pessoal.

Imagem 04: laterais do condomínio. Arquivo pessoal.

Entrevistas

Carolina Nascimento Dias, graduada em psicologia pela Universidade Federal de Uberlândia, com mestrado em psicologia da educação infantil pela Unicamp, atua na ESEBA, instituição de ensino federal de nível básico conveniado a Universidade Federal de Uberlândia. Entrevista realizada via email, solicitada em 25/10/2016, respostas em 18/11/2016.

Heliene Rosa da Costa, Professora Formadora na disciplina Língua Portuguesa e suas Literaturas Núcleo das Linguagens/Cemepe 2016, Estudante da Pós-Graduação (Doutorado) em Estudos Literários PGLET / UFU. Entrevista realizada via email, solicitada em 25/10/2016, respostas em 27/10/2016.

Referências Bibliográficas

ARROYO, Miguel G. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis, RJ: VOZES, 2011.

DORNELES, Márcia Mattos . **A hanseníase e a política de saúde em Uberlândia. Uberlândia**, 2005. Dissertação do Programa pós Graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia.

FENELON, Déa. A formação do profissional de História e a realidade do ensino. In: **Tempos históricos**, v12. Jan/jul.2008.

FERREIRA, E. & OLIVEIRA, D. A. **Crise da Escola e Políticas Educativas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009

FONSECA, Marília. Crise da Escola e políticas educativas . In: FERREIRA ,Eliza Bertolozzi ; OLIVEIRA ,Dalila Andrade (Org). **Crise da Escola e políticas educativas**. Belo Horizonte: Autêntica Editora; 2009, p..279.

FREIRE, Paulo. **Conscientização - Teoria e Prática da Libertação**. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo; Paz e Terra, 1996. Contracapa da Edição de 2011.

FUNDACIÓN MAPFRE. Disponível em: <https://www.fundacionmapfre.pt/portugal/pt-pt/> Acesso em: Set.2017.

GADOTTI, Moacir. **A Escola na Cidade que Educa**. In: Cadernos CENPEC, 2006, nº 1.

JORNAL DA VITORIOSA. **Lagoinha é considerado uns dos bairros mais violentos de Uberlândia**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=A6O2zMnhm0w> Acesso em: Set.2017. (2,07')

LIMA, Mayumi Souza. **A Cidade e a Criança**. São Paulo: Nobel, 1989.

MACHADO, Diogo. **Invasão no bairro Shopping Park já é a 3ª maior da cidade**. 02\06\2015. In. JORNAL CORREIO. Disponível em: <http://www.correiodeuberlandia.com.br/cidade-regiao/invasao-no-shopping-park-ja-e-a-3a-maior-da-cidade/> Acesso em: Set.2017.

MOSÉ, Viviane .**O homem que sabe, do homo sapiens à crise da razão**., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. P.191.

MOTA. Nubia. Entretenimento- **As novas cores do bairro Lagoinha**.24\06\2011. In: JORNAL CORREIO. Disponível em: <http://www.correiodeuberlandia.com.br/entretenimento/as-novas-cores-do-bairro-lagoinha/> Acesso em: Set.2017.

NOVAIS Fernando Antônio, MELLO João Manuel Cardoso de. “Capitalismo tardio e sociabilidade moderna” In: **História da Vida Provada no Brasil**. vol. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

PEREIRA, Antônio. **Crônicas da cidade “Felisberto”**. In: CORREIO DE UBERLÂNDIA. 09/11/2014. Disponível em: <http://www.correiodeuberlandia.com.br/columas/cronicasdacidade/felisberto/> Acesso em: Set. 2017.

SALETE, Roseli. **Escola Em Movimento** - Instituto de Educação Josué de Castro, Caldart, São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SEMPERE, Alfons Martinell. **As relações entre políticas culturais e políticas educacionais: para uma agenda comum**. In: COELHO, Teixeira.(org.) Cultura e educação. São Paulo: Iluminuras: Itaú Cultural, 2011.

SILVA, Geraldo Paulino. **Um estudo sobre a intolerância na Escola Estadual Felisberto Alves Carrejo**. Uberlândia-MG. 2007. Monografia apresentada ao curso de Graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia ,

SOUZA, Vinícius. **Principal praça da cidade agora se chama Ismene Mendes**. In: ADUFU-SEÇÃO SINDICAL. Disponível em: <http://adufu.org.br/post/noticias/principal-praca-da-cidade-agora-se-chama-ismene-mendes/> Acesso em: Set.2017.

VIGOTSKI, L.S. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.